



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 11/21-25 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2022/12/16**

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no edifício do Teatro Valadares em Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Presidente de Junta Freguesia de Argela, Sandra Ranhada, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída pelo Tesoureiro João Paulo Serro Fernandes.
- João Alberto marques Costa Felgueiras da Silva, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Vítor José Brás Rocha.
- Paula Margarida de Sousa e Almeida, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Carlos Gaspar Segadães Carrilho.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Domingos António Alves Velho.
- Maria Isabel Dias Lopes, eleita pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituída por Alberto Magalhães.
- José Valdemar Ferreira Vieira, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Severino Gomes de Sousa.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de junho 2022;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de setembro 2022;
- d) – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Caminha para 2021/2025;
- e) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023;
- f) – Mapa de Pessoal para 2023
- g) – Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2023;
- h) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- i) – Participação variável no IRS;
- j) – Lançamento de uma Derrama;
- k) – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);
- l) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;
- m) – Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Venade e Azevedo.



Assembleia Municipal de Caminha

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem objeto de gravação áudio e disponibilizadas no site institucional, na internet do Município, junto da documentação das Atas, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3.º, n.º 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra as Senhoras(os):

A **Senhora Isabel Varela**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e manifestou as dificuldades de acessibilidade e inclusão que existem no Concelho de Caminha para as pessoas deficientes. Disse ainda, que esta é a sua bandeira, de sensibilizar e pediu para que todos ergam essa bandeira para que no futuro o Concelho de Caminha seja um orgulho na acessibilidade e inclusão.

Disse que ficou grata e feliz, porque na última sessão da Assembleia Municipal verificou que após a sua última intervenção que o assunto da acessibilidade não tinha sido esquecido, mas, ficou triste que determinada proposta não foi aprovada por mero jogo político, uma vez que na Câmara Municipal de Caminha existem técnicos amplamente capacitados e conhecedores da



Assembleia Municipal de Caminha

questão da acessibilidade, mas, pergunta; onde estavam os técnicos aquando da obra do Terreiro de Caminha e Marginal de Caminha, para verificarem se a Lei das Acessibilidades estava a ser cumprida? Mas, acredita que se pode sempre fazer mais e melhor. (áudio 13.07 e 20.50 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, saudou a intervenção da Senhora Isabel Varela e disse que é muito bom sentir que constatou que esta Assembleia Municipal não esqueceu aquilo que foi dito há uns anos atrás por ela. No entanto, perante as desculpas de que tenha sido a sua interpretação e que todos a respeitam. O que se passou na Assembleia Municipal, com a proposta que citou e é bom que todos recordem, era uma proposta que os levaria à criação de uma Comissão. Uma comissão desta Assembleia Municipal que não é um órgão executivo, como sabe? Era uma comissão desta Assembleia Municipal que se propunha, a estudar os problemas de Acessibilidade em todas as freguesias do nosso Concelho. E, aquilo que foi defendido por todos, em primeira instância, era resolver os problemas de acessibilidades no Concelho de Caminha. Isso era um ponto de ordem. E, essa resolução tinha que ser célere e no entendimento e na interpretação de todos, é que essa comissão jamais seria célere, só atrapalharia e atrasaria o processo. Disse ainda, que todas as freguesias vêm no seu Presidente de Junta, aquele que é capaz de os representar, aquele que é capaz de identificar as suas dificuldades diariamente que sentem e esperam deles a melhor dinâmica e rápida resolução dos seus problemas.

Para terminar disse que a CDU está muito empenhada neste processo e que não foi só nessa Assembleia que alertou para essa questão das acessibilidades e apontou inclusivamente falhos, e irão continuar a pressionar a Câmara Municipal para que ponha na sua ordem do dia, na sua agenda de prioridades, exatamente a resolução dos problemas de acessibilidades. (áudio 22.38 e 27.57 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e saudou a Senhora Isabel Varela e disse que são conhecidas as posições que já tem assumido ali na Assembleia Municipal e junto de pessoas com problemas de mobilidade e de Acessibilidades. Porém, a intervenção da Isabel Varela diz tudo e não vale a pena alongar, porque está tudo dito, no entanto em relação à última Assembleia Municipal que se votou essa matéria, é bom que a Isabel saiba que não foi unânime a votação, houve posições diferentes em relação a essa votação, e o Bloco de Esquerda votou a favor dessa comissão de acompanhamento. (áudio 28.04 e 30.07 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, agradeceu a intervenção da Isabel Varela e disse que esta também é a sua luta e a sua bandeira, porque tem um familiar que sofre com os mesmos problemas de acessibilidade nas ruas de Caminha, como por exemplo com o estado em que se encontra a Rua de Corredoura. Por isso, pode contar com o seu apoio pessoal, com o apoio como Presidente da Junta, e com a Junta de Freguesia para aquilo que precisar. (áudio 30.13 e 31.43 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e começa por uma frase que ali colocou, pode-se fazer mais e melhor, e acredita nisso, todos podem fazer sempre mais e melhor. Este trabalho da inclusão é um trabalho que não está finalizado. Todos estão muito sensíveis para esta matéria, tem procurado encontrar soluções e já houve reuniões com técnicos municipais para tentar encontrar soluções concretas aos problemas que a Isabel tem levantado. Mas, este problema de Caminha, não é



Assembleia Municipal de Caminha

um problema da sua freguesia, é um problema do Concelho, é um problema de muitas localidades, é um problema do país e, portanto, também pode contar como sabe que o seu Presidente de Junta para acompanhar e prosseguir esta luta.

Disse que uma outra questão que tem a ver com isto são as situações técnicas que todos podem ajudar a superar, como os representantes da Câmara Municipal, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, que estejam em exercício ou que estejam na oposição. Os membros da Assembleia Municipal, os técnicos da Câmara, os munícipes, todos podem aportar soluções e propostas. E, não é por causa de uma Comissão não se realizar que não se vai trabalhar nessa matéria. Não vê essa situação assim, esta questão vai muito para além de questões técnicas, entra na questão das mentalidades. E, exemplifica com a Rua da Corredoura, porque a Junta de Freguesia anda há bastantes anos a falar na questão do estacionamento abusivo que lá acontece, e isso não é uma questão técnica, está sinalizada. É uma questão de mentalidade. É uma questão de civismo, é uma questão de educação. Disse ainda que a Isabel falou e bem na questão dos mecos do terreiro, é bom perceber porque é que se tem os mecos no terreiro. Porque, infelizmente, há pessoas que não entendem que basta um sinal para não estacionar. Tem que se encontrar melhores soluções, mas tem que se superar mentalidades e é nessa luta que também entra. É esta questão que queria ali frisar e é uma questão de dizer a Isabel que estão nessa luta e o conjunto das gotas formam um oceano. **(áudio 32.00 e 35.47 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que a bancada da coligação “O Concelho em Primeiro” entende os argumentos ali expostos pela cidadã Isabel Varela e concordam com a obrigatoriedade e a necessidade de se cumprir a Lei quanto às acessibilidades. E, recorda o Senhor Deputado que as acessibilidades era uma das bandeiras de campanha, e a bancada da



Assembleia Municipal de Caminha

coligação “O Concelho em Primeiro”, e não irá deixar cair a sua bandeira e como resultado disso, na última Assembleia Municipal Extraordinária, fez-se uma proposta para a criação de uma comissão para as acessibilidades, para fazer um levantamento dessa matéria com a colaboração do município. Porém, compromete-se a bancada eleita pela coligação “Conselho em Primeiro” em solicitar aos seus vereadores, na Câmara Municipal, que tentem encontrar quais as conclusões e quais os resultados, apresentados pela empresa que foi contratada em Maio deste ano pela Câmara Municipal de Caminha para fazer um rastreamento de tudo o que era acessibilidades e que teria 60 dias para apresentar esses resultados, que até à data de hoje, esta Assembleia não conhece esses resultados. Logo, Isabel conte connosco na sua luta porque esta também será nossa. (áudio 36.01 e 38.59 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse a Isabel Varela, que lhe devia um pedido de desculpa em particular. E, a Comunidade em geral. Disse ainda que o seu voto foi de abstenção, porque os argumentos expostos naquele naquela Assembleia, pareciam justificar que o trabalho que a Comissão iria fazer iria desvirtuar o trabalho dos presidentes de junta dos técnicos da Câmara Municipal, o que não é verdade, esta comissão serviria simplesmente para reforçar o trabalho que todos em conjunto, Câmara Municipal e Assembleia Municipal tentam fazer. (áudio 39.16 e 40.44 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Luiz Quarteu**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que é Professor Educação Física no Agrupamento de Escolas do nosso Concelho, porém, o assunto que o leva ali é a utilização do Pavilhão Municipal, em particular ao uso exclusivo atual das chamadas zonas de aquecimento por parte de uma associação. Não tem nada contra associação em causa, e à qual reconhece o mérito e qualidade no seu



Assembleia Municipal de Caminha

trabalho, mas considera que é uma medida errada, uma vez que condiciona o acesso à utilização de outras associações e inclusive, dificulta também a gestão das aulas de educação física por parte da escola. **(áudio 42.04 e 43.02 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que a informação que possui é que, até ao momento, este assunto nunca foi levado ao executivo municipal por parte da direção da escola. Deve ser sempre corrida a hierarquia das organizações, sob pena de criar anátemas entre estas entidades. Deverá ser este assunto analisado pelas partes, a fim de perceber o possível constrangimento que ali foi falado e, se for o caso, encontrar soluções sobre os equipamentos desportivos municipais. **(áudio 44.06 e 47.12 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que o seu amigo Luiz Quartel está ali a colocar um problema que o está a preocupar, mas, este é um problema que tem que ser visto em duas partes, uma a ocupação de uma zona do Pavilhão Municipal, com uma associação que está a fazer um belo trabalho e tem centenas de jovens a desfrutar e a usufruir dessa prática desportiva e aquilo que sabe esse espaço é vital para a continuação até nosso Concelho dessa atividade, a qual se deve ser sensível. Por outro lado, há o interesse de outras associações e o interesse da escola, no entanto, foram estas boas instalações que fez que a escola tenha um curso de desporto e, portanto, apela ali para que a Câmara Municipal, o Agrupamento, as Associações, para que haja um bom entendimento na gestão deste processo, porque, tem que se entender que se tem que servir vários clubes, várias escolas, várias realidades e, portanto, é esse apelo que deixa, na compreensão mútua e que a escola continue a fazer o seu excelente trabalho e que este clube faça o seu excelente trabalho.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten initials in blue ink.



Assembleia Municipal de Caminha

Termina a saudar todos os professores do Concelho, os alunos, os encarregados de educação, os assistentes operacionais, porque, hoje termina o primeiro período. Foi um período longo, difícil e é sempre bom nesta casa da democracia celebrar essa situação. (áudio 48.13 e 50.51 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, começou por felicitar a presença do professor Luiz Quarteu, no qual reconhece que é um professor interessado, muito para além do que é a escola interessada com a sua comunidade e interessado com as instituições no geral. No entanto, pediu para que deixasse por escrito, aquilo que era de facto, a preocupação maior. E qual o nível de intervenção que eventualmente esta Assembleia Municipal poderia ter na tentativa de apoiar a melhor resolução para aquelas que são as dificuldades que tanto quanto foi possível perceber se fazem sentir? Disse que, depois de ouvir a primeira intervenção feita a sua resposta, deve sentir toda a liberdade do mundo para ir ali falar à Comunidade do Concelho de Caminha. Nunca se sinta coagido, nunca se sinta amedrontado, era o que faltava se pela sua condição profissional, não pudesse falar do ensino, não pudesse falar da escola, não pudesse falar daquilo que o preocupa e acima de tudo. E, não é fácil para um órgão como este, um órgão deliberativo não é um órgão executivo perceber a cada momento exatamente qual é o ajuste fino que tem que ser feito relativamente à gestão dos equipamentos, que são equipamentos municipais e que devem estar ao serviço de todos. Essa gestão é sempre difícil, mas, deixe então essa matéria em detalhe, porque, enquanto órgãos deliberativos podem ver até que ponto podem exigir da própria Câmara Municipal de Caminha a melhor atenção para esta questão que ali foi trazida? (áudio 51.07 e 54.16 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, saudou a intervenção do professor Luiz



Assembleia Municipal de Caminha

Quarteu, e disse que existe um aspeto da problemática que o deixa descansado enquanto deputado municipal e munícipe, que é a sobrelotação e a ocupação do espaço e desta prática desportiva. O que é de saudar. A outra problemática é uma questão de gestão de equipamentos desportivos, conjugando também com a própria gestão da escola, mas, também terão todo o gosto em analisar e poder encontrar soluções em conjunto na ocupação desse espaço. (áudio 54.29 e 55.40 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Aluna Isabel Mendonça**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que é aluna da Escola de Caminha e vai ali manifestar o seu desagrado em relação à paragem de autocarros, e as suas condições. Julga que as condições são lastimáveis em relação aos autocarros que há, porque a paragem não acompanha realmente a quantidade de autocarros que há. Muitas vezes tem que ficar à chuva, porque as paragens não têm condições ou tem que aguentar o cheiro do fumo quando os alunos estão lá, fumar. O que realmente prejudica saúde dos alunos, porque não há outra paragem. Para terminar, disse que deviam ter em consideração este problema e se construir uma coisa boa para que os alunos, para que comunidade educativa, tenha os direitos e o bem-estar que tanto necessitam. (áudio 56.40 e 57.48 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e dá os parabéns à aluna Isabel Mendonça, porque é para ele uma honra e julga que para todos os que estão ali, ver gente da comunidade educativa a lhes fazer desafios é uma honra ver a juventude a participar na vida política não partidária, mas, política no sentido de melhoria das condições de vida da Comunidade.

E, a coligação, "O Concelho em Primeiro", vai com certeza absoluta anotar muito bem o que ali disse e através dos Vereadores na Câmara Municipal, que



Assembleia Municipal de Caminha

não tendo competências delegadas, também são membros do órgão executivo, vai tudo fazer para quê? O executivo, composto por 6 vereadores e um Presidente. Veja. Não é para o ano, é para este ano, porque está a chover muito as condições de colocar pelo menos mais uma ou duas paragens, ou que veja juntamente com o Agrupamento de Escolas, as condições geográficas que possa haver e físicas para que os autocarros até parem numa outra disposição. De forma a que consigam estar recolhidos e como dizem muito bem, a não gramar com o fumo dos fumadores, porque, vos faz mal à saúde. Portanto, fiquem descansados que a coligação irá levar esta matéria aos órgãos próprios, à Câmara Municipal. (áudio 58.42 e 1.01.30 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saúda a intervenção da aluna Isabel Mendonça, e subscreve grande parte do que o Deputado Jorge Nande acabou de dizer, porque é um orgulho ver jovens do nosso Concelho ir ali intervir, para levantar problemáticas importantes. Disse que o Transporte Escolar em todo o Alto Minho é muito frágil, muito complicada e este não é um problema do Concelho de Caminha. Estes problemas já foram colocados várias vezes ao município e julga que o município tenta resolver da melhor forma, porém, existem empresas a fazer transporte público e a fazer transporte escolar e aquilo que se poderia fazer, seria articular com as empresas e aumentar o número de paragens.

Termina a dar novamente os parabéns à Isabel por ter ido ali, esta é uma matéria que os preocupa e pode contar com o apoio de todos aqueles que são os Deputados Municipais. (áudio 1.01.42 e 1.04.26 minutos da 1.ª gravação). ----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, relativamente a esta matéria disse que existem duas coisas distintas, o que ali já se falou, e tem a ver com a questão da paragem em si. Que terá que ser resolvido e para o qual todos entendem que a Câmara Municipal de Caminha tem competência e tem capacidade para tratar essa matéria. Outra coisa bem distinta relaciona-se com



Assembleia Municipal de Caminha

a questão dos transportes em todo o Alto Minho. Uma luta que é muito cara ao PCP, o qual tem neste momento a correr, por exemplo, em todo o Alto Minho, um abaixo-assinado exatamente relativamente à rede de transportes que é ineficaz e que não serve a população do Alto Minho e queiram todos os presentes assinar esse abaixo assinado para perceber a realidade. Que é vivida não só no Município de Caminha, mas, em todos os municípios do Alto Minho. Porque, esta questão da mobilidade no Alto Minho, ultrapassa estas esferas dos municípios e chegou mesmo a própria CIM do Alto Minho, a qual já tem algum trabalho feito sobretudo de papel e caneta. É verdade, ainda não tem nada na rua de concreto que os satisfaça, mas, também irão procurar levar esta mensagem de preocupação com esta rede de transportes. Porém, esta matéria não se sobrepõe àquela que ele entende que era a matéria central, que era a questão da paragem para a qual entende, que a Câmara Municipal terá competência e com certeza que dará a melhor atenção. (áudio 1.04.39 e 1.08.48 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que a Isabel não pediu mais autocarros, pediu um abrigo maior naquela paragem de autocarro para não estarem a chuva e às vezes o mau entendimento leva a respostas que também não condizem com aquilo que são as intervenções. Disse ainda à Isabel que é um prazer vê-la ali, porque, esta uma luta que sempre teve. E, ainda na última Assembleia comemorativa do 25 de Abril, disse para que os jovens viessem participar, porque, é importante que os jovens comecem a perceber que são eles o futuro. São eles o amanhã e está nas mãos deles um futuro melhor. E, permitem àqueles que cá estão no presente, dar as indicações daquele que é o pensamento de vocês, isso é importantíssimo. Relativamente à matéria que a trouxe cá sublinha apenas o que o seu colega de bancada, o Deputado Jorge Nande disse, e a bancada eleita pela coligação, irá falar com os seus vereadores que não tem cargo executivo, estão na oposição, mas, para que em conjunto com os outros vereadores da Câmara Municipal de Caminha articulem



Assembleia Municipal de Caminha

uma solução para que os alunos não tenham que estar a chuva ou, ao vento e mais uma vez ali se está a falar de acessibilidades. (áudio 1.09.14 e 1.11.11 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse esta questão tem a ver com a sua freguesia. Freguesia Vilarelho que já lá tem uma paragem de autocarro que serve aquela escola. Enfim, essa paragem sofreu um conjunto de modificações e, mais do que a paragem do autocarro, tem que se começar a pensar nas condições de acessibilidades dos autocarros àquele estabelecimento de ensino que foi melhorado, mas, essa matéria ainda não sofreu alterações. Concorda, com o melhoramento dessa paragem de autocarro, mas, se calhar deve-se começar a pensar em deslocalizá-la e, é essa questão que se compromete em falar com a Câmara Municipal e com Agrupamento de Escolas para se encontrar uma solução, para que a paragem possa servir a escola para o futuro e isso passa pela melhoria da circulação naquele espaço, o que obriga a uma mudança na Praça Carolina Santiago, no seu estacionamento, no seu trânsito, logo, são preocupações imediatas, mas, obviamente são preocupações de futuro. E, um bem-haja pela tua intervenção Isabel. (áudio 1.11.41 e 1.14.07 minutos da 1.ª gravação). -----

2.º – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Manuel Luís**, disse que chegaram à mesa um Voto de Pesar, em nome de Manuel Lopes Afonso, subscrito pelo Partido Socialista, a coligação “O Concelho em Primeiro”, Bloco de Esquerda e CDU; duas Moções “ 25 de novembro: Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres”, e “Dia 10 de



Assembleia Municipal de Caminha

dezembro: Dia Internacional dos Direitos Humanos” apresentadas pelo Bloco de Esquerda e uma recomendação “Designação do Auditório Municipal recentemente construído em Vila Praia de Âncora”, apresentada pela CDU.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, leu o voto de Pesar e propôs um minuto de silêncio, o qual foi aprovado por unanimidade. (...) (áudio 1.15.14 e 1.18.10 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, disse que uma vez que todos os documentos referentes às Moções e à Recomendação foram entregues a todos os membros, propunha que se dispensasse a leitura dos mesmos e se passe à votação e declarações de voto.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida leu o título da Moção “25 de novembro: Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres”, e foi proposto para que lê-se o final da moção com aquilo que se propõe em concreto à Assembleia Municipal, que passou a citar: “Assim, o Bloco de Esquerda propõe a esta Assembleia Municipal que, em apoio à luta contra a eliminação da violência contra as mulheres, aprove a presente moção, que visa a reivindicação do regresso ao Conselho das competências criminais retiradas ao DIAP de Caminha e ao Tribunal de Caminha, designadamente no que se refere aos crimes de violência doméstica, para que, tanto as vítimas como os agressores e, bem assim, todas as demais pessoas envolvidas, possam estar presentes e visíveis em todos os casos dentro da nossa comunidade, dessa forma, contribuindo para aquilo que a justiça deve ser, também enquanto exemplo ensinamento comunitário.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Caminha, reunida, portanto, a 16 de dezembro, de obrigo do disposto do Artigo 25º, n.º 2, alínea j) e k), do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 de setembro de libera:

Dirigir comunicações ao Ministério da Justiça o Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Superior da Magistratura, exigindo a reposição das



Assembleia Municipal de Caminha

competências criminais retiradas por mera conveniência organizativa, em detrimento da conveniência e interesse comunitário, quer à secção do DIAP de Caminha, quer ao Tribunal de Caminha, por não existir nenhuma secção ou nenhum júízo especializado neste tipo de crime em Viana do Castelo, sendo, por isso tão competente, ou mesmo mais competente, o Tribunal de Caminha para apreciação desta criminalidade que detém o maior número de ocorrências de todos os fenómenos criminais do Concelho.”

De seguida passou à votação a qual foi aprovada com 28 votos a favor e 7 abstenções. (áudio 1.18.23 e 1.23.35 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez uma declaração de voto e disse;

“O Partido Socialista tem na sua génese a promoção de políticas públicas para o combate à violência contra as Mulheres e bem assim, contra a violência doméstica.

Ninguém em perfeita consciência e lucidez poderá defender qualquer tipo de violência ainda para mais violência perpetrada contra Mulheres, crianças e jovens.

Aliás, foi este executivo municipal que fez aprovar em reunião de Câmara, muito embora com os votos de abstenção da coligação, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Caminha.

O Partido Socialista esteve sempre do lado certo da história, promovendo as melhores práticas por forma a erradicar este flagelo.

Não obstante a concordância com os princípios gerais, não podemos aceitar algumas das conclusões vertidas na proposta da moção.

A justiça deve ser sempre feita nos tribunais e pelos tribunais, não na praça pública, com o achincalhamento.

Estes processos de crime de violência familiar, doméstica e similares devem prosseguir no recato das salas de audiência, defendendo-se assim vítimas e arguidos, todos eles com direitos constitucionalmente consagrados.



Assembleia Municipal de Caminha

Não podemos aceitar que se diga e passo a citar. “tanto as vítimas como os agressores e bem assim, todas as demais pessoas envolvidas possam estar presentes e visíveis em todos os casos dentro da nossa comunidade, dessa forma, contribuindo para aquilo que a justiça deve ser também enquanto exemplo o ensinamento comunitário.”

Ora, isto para nós é indefensável, não queremos uma justiça de Big Brother. Queremos, sim, uma justiça célere e eficaz.

Por esse motivo, a votação do partido de alguns membros do Partido Socialista ser a abstenção. “(áudio 1.23.58 e 1.26.29 minutos da 1.ª gravação). -----

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, leu o título da Moção “Dia 10 de dezembro: Dia Internacional dos Direitos Humanos”, e que passou a citar o final da moção com aquilo que era proposto à Assembleia Municipal; “Nos termos da a Assembleia Municipal de Caminha, reunida, portanto, a 16 de dezembro, de obrigo do disposto do Artigo 25º, n.º 2, alínea j) e k), do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 de setembro de libera:

Que a Assembleia Municipal de Caminha, numa ação simples e prática de promoção da divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos entre os munícipes durante todo o ano de 2023, atribua a cada reunião desta Assembleia, quer sejam sessões ordinárias ou extraordinárias, um mote associado a um artigo da Declaração Universal.

Em título, no respetivo edital de cada sessão, passará a constar uma nota e um artigo da declaração sequencialmente selecionado, exposto antes da discriminação da ordem de trabalhos. Como a seguir vai indicado para a primeira Assembleia de 2023.

No âmbito da comemoração de 75º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta Assembleia promove hoje o artigo 1.º da Declaração, que estabelece o seguinte: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida passou à votação a qual foi aprovada por unanimidade. “(áudio 1.26.48 e 1.28.30 minutos da 1.ª gravação). -----

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, leu o título da recomendação “Designação do Auditório Municipal recentemente construído em Vila Praia de Âncora”, e que passou a citar a proposta de recomendação à Câmara Municipal:

“1º Atribuir a designação “Vice-Almirante Ramos Pereira” ao auditório municipal recentemente construído em Vila Praia de Âncora, integrado no edifício destinado aos alunos do 1.º Ciclo da Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora e ao ensino artístico especializado da música;

2º Considerar, igualmente a designação “Auditório Ramos Pereira”, centrado em toda a família a referência e nela se prestar a justa homenagem municipal;

3º Produzir um prospeto e placa, destinados a justificar às gerações vindouras esta opção municipal. “

O **Senhor Presidente da Mesa**, pediu um esclarecimento ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, de qual seria o nome a atribuir ao auditório uma vez que apresenta dois nomes. (áudio 1.28.44 e 1.30.33 minutos da 1.ª gravação). ---

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, prestou um esclarecimento e disse que esta proposta tem um preâmbulo e nesse preâmbulo é dado o enquadramento histórico a família Ramos Pereira, quem foi José Bento Ramos Pereira; quem foi o Luís Inocêncio Ramos Pereira e quem foi Jorge Maia Ramos Pereira, mas, para quem é de Vila Praia de Âncora conhece muito bem estes nomes e para quem é do Vale do Âncora, no entanto para quem não é, por vezes não conhece o impacto que teve esta família na Comunidade de Vila Praia de Âncora. Disse ainda que o nome quem vai decidir atribuir é o Município de Caminha, porque aquele é um auditório municipal, porém a proposta da CDU passa por designar o auditório “Vice-Almirante Ramos



Assembleia Municipal de Caminha

Pereira” ou “Auditório Ramos Pereira”. “(áudio 1.30.39 e 1.32.52 minutos da 1.^a gravação). -----

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, passou à votação a recomendação, a qual foi aprovada com 22 votos a favor e 8 abstenções.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez uma declaração de voto e disse;
“A família Ramos Pereira, e como muito bem explana a moção apresentada pela CDU, sempre esteve ligada a Vila Praia de Âncora, sendo uma família que muito contribuiu para o desenvolvimento económico-social desta nossa freguesia, tendo ainda seus ilustres membros sido grandes percussores da educação, da cidadania e do republicanismo.

E tanto assim é, que Vila praia de Âncora, nunca esquecendo os seus, atribuiu diversos topónimos a membros da família Ramos Pereira, como é o caso da Avenida Doutor Ramos Pereira, Parque Ramos Pereira, Rua Contra-Almirante Ramos Pereira ou ainda a colocação de um digníssimo busto na Praça da República do saudoso Contra-Almirante Ramos Pereira.

Vila Praia de Âncora sempre soube louvar e reconhecer o mérito dos seus filhos e de quem bem os trata.

Não menos verdade é que também a freguesia de Riba de Âncora agradeceu Ramos Pereira ao atribuir o seu nome à sua primeira Escola Primária, denominando-a “Escola Primária Comendador Ramos Pereira”.

Reconhecendo toda a valia, mérito e propósito da presente moção, somos da opinião que a denominação do referido auditório deve sofrer de uma mais ampla e versátil discussão pública, atentos os inúmeros ilustres cidadãos ancorense.

De momento, a verdade é que Vila Praia de Âncora, a maior freguesia do nosso distinto Concelho, não detinha um auditório público.



Assembleia Municipal de Caminha

Salvo melhor opinião, a denominação de Auditório Municipal de Vila Praia de Âncora, seria bem mais representativo de toda a população de Vila Praia de Âncora, não deixando ninguém para trás.

A denominação do Auditório Municipal de Vila de Vila Praia de Âncora será uma denominação que engloba a população que orgulhosamente elevou Gontinhães a Vila Praia de Âncora.

Por estes motivos e só por estes abstemo-nos nesta recomendação, não encerrando aqui esta discussão, mas esperando que se prolongue.” **(áudio 1.34.20 e 1.36.41 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Deputado Ricardo Cunha, fez declaração de voto e disse que;

A bancada “O Concelho em Primeiro”, subscreve esta recomendação, por considerar que esse auditório irá servir Vila Praia de Âncora, todo o Vale do Âncora e todo o Município de Caminha. Logo, deve-se manter viva e acesa a chama daquelas que foram as lutas de toda a família Ramos Pereira.

Ora, considera a bancada eleita pela coligação “O Concelho em Primeiro” que auditório municipal e aí engloba todos os munícipes, que “Auditório Municipal Ramos Pereira” seria uma boa denominação para aquela fantástica Infra infraestrutura que Vila Praia de Âncora vai receber. **(áudio 1.37.05 e 1.38.08 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, fez declaração de voto e disse que aqueles que são os princípios que a CDU procurou consolidar e acomodar nesta proposta são;

Em primeiro lugar, porque a prática do Município de Caminha é dar designação às suas estruturas municipais. No entanto, a verdade é que é preciso sentir um pouco mais o que é um pulsar do Vale do Âncora e o que é o pulsar da população de Vila Praia de Âncora para, de facto, sentir essa gratidão por uma família e de forma muito particular pelo Vice-Almirante Ramos Pereira, e ainda hoje podem testemunhar aqueles que beneficiaram da Fundação de Vila Praia



Assembleia Municipal de Caminha

de Âncora, do Grupo de Estudos criado pelo saudoso Vice-Almirante Ramos Pereira, também conhecido como o Contra-Almirante Ramos Pereira. Mas, a breve trecho se irão perder essas referências, e, é extremamente que no núcleo escolar que deve ficar esta referência a uma família. Que, desde o final do Século XIX, apostou na educação, como aconteceu em Riba de Âncora, com o Comendador José Bento Ramos Pereira. Assim, prosseguiu no grande apoio dado por Luís Inocêncio Ramos Pereira, a Vila Praia de Âncora designado muitas vezes como médico do povo, porque de facto não tinha sequer habitação permanente em Vila Praia de Âncora, e depois foi Jorge Maia Ramos Pereira, o filho do Vice-Almirante, aquele que concretizou o sonho do pai e depois se entregou de corpo e alma aos jovens da Terra, e esta é uma justa homenagem.

Para terminar, disse que esta Assembleia Municipal deu um passo significativo, para finalmente se perderem as vergonhas e reconhecer de facto o Vice-Almirante Ramos Pereira como um homem progressista, um homem que apostou na educação e um homem que sabia que o futuro passava por aí. **(áudio 1.38.17 e 1.40.15 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que corrobora das palavras que a Deputada Paula Aldeia ali disse, e também se absteve e não por isso que está a desvirtuar a família Ramos Pereira. E, na sua opinião não devem dar o nome a tudo quanto é feito à família Ramos Pereira é uma família importante, todos sabem, no entanto, existem outros nomes como por exemplo de um músico reconhecido no internacionalmente, mas, não lhe parece mal, que seja chamado de "Auditório Municipal de Vila praia de Âncora". **(áudio 1.40.33 e 1.41.45 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, fez declaração de voto e disse que subscreve a proposta de recomendação, porque houve sempre muito trabalho

epi
Q



Assembleia Municipal de Caminha

e iniciativas em prol da educação, como todos sabem, pela família Ramos Pereira. Disse ainda que sempre defendeu que a Escola Secundária de Vila Praia de Âncora, se chamasse Almirante Ramos Pereira e até julga que merecia algo mais imponente. (áudio 1.42.00 e 1.43.35 minutos da 1.ª gravação).

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente da Câmara, que Moledo está com falta de luz na estrada que vai para os Poços, não tem luz no paredão, os passeios estão totalmente cheios de verdete, existem cabos de eletricidade pelas ruas com um saco plástico há mais de um mês e meio a menos de dois metros e meio de altura. Está um bar na praia, porque não obrigam o proprietário a desinstalar o bar, está um perigo, a madeira está podre. Na estação de tratamento de águas há cerca de uma semana e meia era uma autêntica porcaria, até levantou a tampa saindo todo o tipo de esgotos para a Ribeira.

Perguntou ao Senhor Presidente se já respeitou a deliberação de 17 de novembro último e se já se constituíram assistentes, sim ou não, no processo crime que neste momento está no DIAP do Porto, na primeira secção regional do qual deram nota, o CET.

Perguntou ainda, aquando da primeira intervenção da Isabel Varela, o que é o Município e os Senhores Presidentes de Junta fizeram a respeito daquilo que veio ali a Senhora tratar pela segunda vez, qual é o levantamento das necessidades de acessibilidades municipais. (áudio 1.46.15 e 1.49.02 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que “numa recente entrevista ao jornal Digital Caminha2000, o Senhor deu uma entrevista sobre



Assembleia Municipal de Caminha

as obras que estão a ser realizadas no nosso Apeadeiro, na qual o Senhor diz que foi a Câmara Municipal que encetou as diligências para que as infraestruturas de Portugal procedessem às obras de melhorias no Apeadeiro e que até conseguiu que ele não fosse demolido, como estava previsto. Senhor Presidente, o Senhor em relação a mim é um jovem, tanto que eu já tenho um filho mais velho que o Senhor que já é casado e tem dois filhos, um com cinco e outro com dois anos. Por isso Senhor Presidente, se me permite deixo-lhe um conselho, não siga as pegadas do seu antecessor, fale verdade. Estes documentos que tenho na minha mão são ofícios enviados para a antiga REFER e para a infraestruturas de Portugal e as respetivas respostas. Este processo já teve início no ano de 2015. Os referidos ofícios são a solicitar a requalificação do edifício do Apeadeiro. Após ter conhecimento que o mesmo não iria ser usado para abrigo de passageiros e que não seriam executadas as obras de beneficiação da parte interior, esta Junta de Freguesia, também, fez o pedido para a sua cedência sob forma de protocolo e em troca a Junta de Freguesia responsabilizava-se a fazer a seu próprio encargo, as obras no interior do edifício. Senhor Presidente, a Câmara Municipal já roubou o Forte da Lagarteira à Junta de Freguesia e eu pergunto-lhe se quer seguir na sombra do seu mestre e, também, se aproveitar de mais uma ideia da Junta de Freguesia apoderando-se do Apeadeiro de Vila Praia de Âncora”.

Disse ainda ao Senhor Presidente sobre o estado lastimável em que se encontra a praia, uma vez que era limpa várias vezes ao ano, como por exemplo na Festa da Flor, Páscoa e no Natal, pergunta, para quando está prevista essa limpeza uma vez que é da competência da Câmara.

Outra questão prendesse com a limpeza de bermas e do separador central entre a rotunda de acesso à A28 e a rotundo do barco.

Por fim, pergunta para quando estão previstas as obras na ponte da Cruz Velha. (áudio 1.49.14 e 1.51.49 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que, o projeto “Cultura para Todos” contempla um conjunto de ações de intervenção que, tendo por epicentro, como o próprio nome indica, Cultura, pretende promover o empoderamento das pessoas e do coletivo (numa intervenção social em rede sistémica e ecológica), a inclusão social da população desfavorecida e, a grosso modo, a valorização e a promoção da criação artística e da vida cultural no geral. Estes objetivos alcançaram-se através da otimização da experiência e competências adquiridas, (por exemplo, a capacidade para trabalhar com grandes nomes das artes e da cultura, aproximando saber e talento, captando novos talentos e ainda novos públicos) e da dinâmica cultural já estabelecida no Concelho de Caminha, bem como através do favorecimento da intervenção articulada de agentes de diferentes setores (social, saúde, educação e formação).

Seguindo esta linha de intervenção, foram promovidas no Concelho ações no âmbito deste projeto, foram desenvolvidas as atividades “Envelhecimento (Kri)ativo- “Avós e Netos” Jovens Kriativos” - construção de marionetes com lixo e o laboratório criativo de teatro. Nas áreas de cinema e fotografia foram desenvolvidas ações da foto, Memória e fotografia falada. No campo da música foram dinamizadas práticas artísticas e culturais com a população, incluindo e destacando novamente aquela socialmente excluída ou em risco de exclusão social. No Concelho de Caminha, assegurando o seu envolvimento direto na dinâmica comunitária com recurso a música inspirados pela música de Sérgio Godinho “Coro das Velhas”, que faz referência ao nosso Concelho, desenvolveu-se um trabalho de proximidade com a população, através da dinamização, dinamização de práticas artísticas e culturais, nas quais os indivíduos envolvidos foram muito além de serem meros espectadores, mas foram sim coprodutores, intervenientes e se me é permitido a ousadia, estrelas do concerto final.



Assembleia Municipal de Caminha

Neste projeto na área da música envolveu-se a academia de música Fernandes Fão, que desenvolveu um trabalho de campo com o Público das várias freguesias do Concelho de Caminha e constituiu o coro que contactou diretamente com o reconhecido artista nacional Sérgio Godinho e a sua equipa, que culminou no concerto final realizado no dia 1 de outubro, Dia Mundial da Música.” (áudio 1.52.11 e 1.54.35 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado José Covelo**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que a sua intervenção prendesse com um Ribeiro que atravessa a freguesia e que vem do Monte Góis. Ora, as obras da A28 existe uma grande acumulação de água, e metade dessa água vem a céu aberto e outra metade foi manilhada. E, aquilo que sucede é, quando chove muito como aconteceu há um mês atrás a acumulação de água vem para a parte baixa da freguesia e entope aonde está a grelha e a água acaba por transbordar, junto a três habitações, e numa dessas habitações tem pessoas com dificuldades motoras. No entanto, fizeram de imediato uma intervenção, onde foram impecáveis na remoção de todos os inertes, mas, passado 15 dias voltou a suceder. Aquilo que pergunta ao executivo é se já tem pensada alguma intervenção de maneira a resolver a situação. (áudio 1.54.49 e 1.56.21 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, dá nota de reconhecimento do trabalho pedagógico, que foi reconhecido pela UNESCO no projeto “Ponte nas Ondas”, um trabalho que dignifica todo o Concelho, e que nos aproxima da população vizinha da Galiza. Os professores, os alunos estão de parabéns, porque a UNESCO reconheceu de interesse mundial.

Disse ainda que aquando da discussão que ali tiveram sobre o lítio, foram muito céleres, muito unidos e muito rápidos em criar moções em responder ao estudo de impacto ambiental quase que coletivamente. E, o Município na altura desencadeou um processo que gostariam de saber como é que está de facto a



Assembleia Municipal de Caminha

criação da Associação dos Municípios da Serra d'Arga. Quanto à criação da área protegida de interesse regional da Serra d'Arga, porque, aquilo que desejam, é que tudo aquilo que ali afirmaram sobre o grande interesse que tinha a Serra d'Arga, a importância que tinha para todo o Concelho de Caminha. Espera que, não tenha sido apenas algo de ocasião para combater um processo de intenção do Governo do Partido Socialista.

Solicita para que e-mails institucionais dos Senhores Deputados sejam disponibilizados no da página do Município de Caminha. (áudio 1.56.35 e 1.59.04 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que numa Assembleia atrás foi falado o processo de desagregação das freguesias com a implementação da Lei 39/2021, a qual tem a ver com a desagregação das freguesias, e sendo a sua freguesia, a União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, era aquela que no Concelho de Caminha, poderia disputar este processo de desagregação, formalmente. O executivo da Junta de Freguesia realizou um processo de auscultação da população, e a conclusão foi óbvia e clara para todos, ninguém quer reverter esta questão da União. E, como Presidente de Junta, quer ali afirmar que nunca irão esquecer a identidade, a memória e a história de Caminha e Vilarelho, irão continuar mais unidos que nunca, mas não esquecendo as raízes.

Por último, quer partilhar ali com toda a Assembleia, que está muito contente porque, irão ser colocados nos próximos dias 40 novos candeeiros no Bairro Social, trata-se de um ganho muito importante para aquela população e para a freguesia. (áudio 1.59.19 e 2.01.29 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que foi atribuído um galardão sobre o trabalho feito acerca da Serra d'Arga, pelo Ministro do Ambiente e aquilo que escreveu no site do Município aonde consta essa notícia foi e passou a citar "Muito importante o reconhecimento ao projeto da Serra d'Arga à



Assembleia Municipal de Caminha

Foz, a Foz do Âncora, a singularidade de uma paisagem entre o Minho e o Lima, entregue ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha pelo Ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, este galardão tem um significado muito especial para todos que souberam lutar e impedir que a nossa Serra de Arga fosse transformada num couto mineiro. Não posso deixar de mostrar a minha estranheza para não dizer revolta por ver que não se faz nem uma referência ao Coordenador Geral e Supervisor do Projeto, Dr. Guilherme Lagido, infelizmente já falecido”, pergunta, porque não se fez referência a toda a equipa de trabalho e ao Coordenador do Projeto, pois seria uma forma de homenagear uma pessoa que pôs toda a sua dedicação a este projeto. **(áudio 2.01.41 e 2.04.11 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte;

Porque passados 3 meses, ter respondido a uma questão colocada ali por uma eleita da coligação “O Conselho em Primeiro?

Porque é que a obra do mercado continua exatamente igual e se há alguma previsão ou qual é o problema para que não se finalize uma obra tão importante para o Concelho de Caminha?

Porque passados 3 meses sobre uma questão colocada pelo Deputado Valdemar Vieira, relativamente à Avenida de Santana, em Moledo, para quando uma decisão final, se é que vai existir uma decisão final ou ficará como está neste momento?

Por último, pergunta que acreditando nas suas palavras de empenho demonstradas ali na Assembleia Municipal Extraordinária de 17 de novembro, quais as diligências tomadas para que a Câmara Municipal de Caminha possa reaver os 369 000€ EUR do CET? **(áudio 2.04.35 e 2.06.02 minutos da 1.ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, disse que estão a decorrer obras no Forte da Lagarteira e quer ali dar boa nota ao Município pela boa ideia que teve em requalificar aquele espaço tão nobre em Vila Praia de Âncora. É, um espaço que vai ser um núcleo museológico onde os visitantes poderão ver ali naquele espaço a história da civilização marinheira a biodiversidade existente na nossa Costa. Trata-se de uma oportunidade de ter uma experiência viva, entrando em contato com a fauna e com a flora subaquática da região, pois é uma mais valia para a região, mas, para as gerações vindouras, porque vão poder crescer, a conhecer melhor a nossa Costa. **(áudio 2.06.20 e 2.08.13 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, parabeniza todas as Juntas de Freguesia e o Município, por esta quadra natalícia, pela forma como estão a gerir esta questão da sustentabilidade, que é uma questão a que ele lhe diz muito respeito, apesar de saber que por vezes é muito difícil a comunidade de perceber que não há tantas luzes que não há tantos efeitos, mas é importante perceber que não se pode defender de outra forma a questão da sustentabilidade no território. No entanto, continua-se a ter uma agenda cultural de Natal muito forte e, por isso mesmo, apela ali a todos aos que estão a ouvir desde casa para que participem e se envolvam nestas atividades. **(áudio 2.08.22 e 2.10.24 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, cumprimentos todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que de uma forma mais sucinta irá responder às questões levantadas por parte dos Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Jorge Nande, disse que teve a oportunidade de reunir com a Junta de Freguesia de Moledo com o seu executivo, e de uma forma muito próxima com o senhor Presidente da Junta de Moledo, o qual demonstrou a sua preocupação relativamente à questão da



Assembleia Municipal de Caminha

iluminação no que diz respeito à Marginal junto à praia, que é deficitária e que necessitaria de intervenção. A Câmara Municipal agilizou junto da E-Redes, no sentido de ter uma maior atenção no território, sendo que este não é só um problema de Moledo. O Senhor Presidente da Junta de Moledo, em conjunto com a Câmara Municipal, tem trabalhado na questão da reposição de pisos de passeios na freguesia. Relativamente à questão do poste ou do cabo caído na no Pinhal do Camarido, irá a Câmara entrar em contato com o ICNF que é quem tem a gestão desse território, no sentido de poderem resolver o problema. Quanto à questão do bar de praia, já foi notificado o proprietário para retirar o mesmo da zona de praia.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, disse o Senhor Presidente que não está ali a ver quem corre primeiro, quem chega primeiro à meta, na verdade para ele correm todos lado a lado, todos em conjunto para o mesmo fim, que é o melhor para a população, ou seja, estão lado a lado nesta luta. E quando vai ali dizer que foi o primeiro a escrever para as Infraestruturas de Portugal, isso é perfeito, o que importa é que haja uma solução. E, aquilo que teve conhecimento foi que a Câmara Municipal, enviou uma comunicação há alguns anos às infraestruturas de Portugal para não derrubar, não deitar abaixo o apeadeiro, e quando conhecimento do projeto que estava para ali pensado, a Câmara remeteu uma comunicação para a IP para manterem aquele apeadeiro até proferindo um pouco da história da nomenclatura que o apeadeiro tinha, portanto, esse trabalho foi feito.

Relativamente ao Forte da Lagarteira, a Câmara Municipal não é detentora do Forte a Lagarteira, é propriedade do Ministério da Defesa é do Estado, portanto, está cedido neste momento a Câmara Municipal para que ela possa fazer eventos culturais, recreativos e poder abrir o Forte a desfruta da população, sendo que a Câmara Municipal conseguiu financiamento para reabilitar aquela fortificação que só dignifica Vila Praia de Âncora e o Concelho de Caminha. Relativamente à questão da praia de Vila Praia de Âncora, todos



Assembleia Municipal de Caminha

se tem apercebido daquilo que são as condições climatéricas do no nosso território? e as indicações que tem a Câmara Municipal da Proteção Civil, são de não aproximação de frentes ribeirinhas e zonas marítimas. As praias estão sujas, estão com detritos naturais, quando as condições assim o permitirem e se a Junta de Freguesia também quiser colaborar, trabalharão em conjunto uma vez mais para a resolução das situações na freguesia.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Renata Monteiro, disse que abordou ali uma questão fundamental para este executivo que a cultura e a cultura num todo, isto quer dizer que o projeto “Cultura para Todos” é literalmente cultura para todos, existe teatro, cinema, fotografia, música e dentro de tudo isto, chamasse as pessoas da nossa Terra a serem partícipes da cultura, a promoverem cultura a serem cantores a serem poetas. E por isso dá uma palavra de saudação e de apreço à Academia de Música Fernandes Fão, às juntas de Freguesia do Concelho, às paróquias e aos trabalhadores do município.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Covelo disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal foi para o terreno e aproveita para agradecer a disponibilidade da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, que cedeu maquinaria para se poder de uma forma mais rápida e ágil debelar esta situação e, portanto, esta ajuda entre freguesias é importante. No entanto, disse que é um problema que está identificado, não se consegue resolver a curtíssimo prazo, mas está identificado para resolução.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que o projeto “Ponte nas Ondas” é um projeto fantástico, mas, existem diversos projetos transfronteiriços com “Ponte nas Ondas” a “Feira Luso-Galaica” o projeto “Andainas entre Caminha e a Guarda”, portanto, são projetos que se devem fomentar e cada vez mais criar laços de afinidade com aqueles que nos olham todos os dias do outro lado do Rio Minho. Quanto à “Associação de Municípios da Serra d'Arga” está numa fase de constituição mesmo final, houve uma reunião na Câmara de Viana para assinar finalmente, mas, por



Assembleia Municipal de Caminha

falha de um documento de um município parceiro, não se conseguiu essa Constituição. Relativamente aos e-mails institucionais, disse que faz todo sentido e solicita aos técnicos de informática que ali estão presentes para ficarem com esta nota.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caminha e Vilarelho, o Senhor Presidente felicita-o pela forma muito inteligente como liderou este dossier da possível desagregação da União de freguesias, auscultando e ouvindo a população e os partidos políticos, tendo a perceção daquilo que era a sensibilidade da população local, através deste diálogo que efetivamente se consegue tirar as melhores conclusões daquilo que é o melhor para a comunidade.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse o Senhor Presidente este é um projeto intermunicipal, é um projeto que engloba a Câmara Municipal de Caminha, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, liderado pelo conjunto da CIM, ou seja, foi a CIM a líder deste projeto, e ele teve a felicidade de ser o Presidente de Câmara convidado para ir receber essa galardão em representação dos seus colegas das outras Câmaras Municipais. O texto que saiu foi um texto conjunto que partiu da CIM Alto Minho, e foi disponibilizado e subscrito por todos os Senhores Presidentes da Câmara. E o Senhor Deputado vem ali dizer da falta de referência do Doutor Guilherme Lagido. O Doutor Guilherme Lagido foi o verdadeiro promotor deste projeto. Foi um verdadeiro líder deste projeto e um defensor da Serra d'Arga e todos sabem, ninguém tentou esconder nada relativamente a isso, simplesmente, todos têm um papel e esse papel é preponderante para a Serra d'Arga.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cunha, disse o Senhor Presidente quanto à obra do Mercado, os trabalhadores estão a trabalhar agora numa parte que é menos visível que é no interior. Ou seja, a parte estrutural está feita, estão agora naquela parte de mais especialidades, no entanto, espera que se conclua com a maior brevidade possível, porque é bom para os comerciantes, para a Feira e para o Concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à questão do CET, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal indeferiu o PIP de Vilar de Mouros e Argela, disso foi dada a nota pública, e os Senhores Deputados como atentos que estão à comunicação social terão tido oportunidade de o saber. Mas, a Câmara Municipal já tomou medidas próprias para reaver aquilo que lhe é de direito e apresentou uma queixa-crime no dia 2/12/2022 no Tribunal de Caminha, para apreciação da matéria e está agora foro judicial, e tudo se fará para reaver o dinheiro que é devido à Câmara Municipal de Caminha. (áudio 2.10.35 e 2.26.45 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, propôs a réplica.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou ao Senhor Presidente em relação ao bar da praia, quando é que foi notificado e que prazo foi dado? Que medidas em concreto é que tomaram na questão do CET? Se, se constituiu assistente no processo crime mandado aberto pela Procuradoria Geral da República. E, sendo assim, não faz sentido, queixar-se novamente com mais uma queixa-crime, porque já há uma queixa-crime a investigar essa matéria. Pergunta qual é o tipo de crime, que o Município entendeu praticado para ser metida uma segunda queixa crime? Por fim, pergunta ao Senhor Presidente se não se constituiu assistente? Porquê, e quando é que vai fazer ou se não vai acatar a recomendação da Assembleia. (áudio 2.27.05 e 2.28.48 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, agradeceu as respostas dadas embora, haja aqui divergência de opiniões, relativamente à aproximação que se tem com a Galiza e a intensidade das mesmas e, sobretudo, aquilo que tem a ver com as escolas e com os alunos em concreto na sua ligação com os da outra margem.



Assembleia Municipal de Caminha

Pergunta que outras decisões foram tomadas relativamente à área protegida de interesse regional relativamente à Serra d'Arga.

Pergunta por fim, se tem alguns dados sobre população migrante aqui no Concelho, o que seria interessante para o tecido social, cultural e formativo saber-se as disponibilidades que se temo para um melhor acolhimento e seguimento desta população migrante. **(áudio 2.28.59 e 2.30.10 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, volta a insistir que no texto que está no site do Município em relação à menção honrosa que recebeu o Município deveria constar o nome do Dr. Guilherme Lagido como Coordenador do Projeto da Serra d'Arga, porque seria uma forma de homenagear todo o empenho que colocou nesta matéria. **(áudio 2.30.20 e 2.32.32 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que a queixa-crime foi apresentada, porque assim o entenderam e queriam expor aquele que é o entendimento do executivo relativamente ao processo em si, essa é a disponibilidade jurídica que tem e decidiram usá-la. Como sempre disse que utilizaria todos os meios judiciais ao seu dispor para, e este é um deles e está a fruir desse direito, em representação da Câmara Municipal e assim continuará a fazer, porque é esse o seu entendimento.

Disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que se pode fazer mais e ainda melhor no que diz respeito aos laços de amizade entre escolas entre alunos, o executivo está disponível para apoiar e ouvir projetos pedagógicos, que tenham ou não relação direta ou indireta com este tema.

Disse ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira, que irá colocar a questão aos seus colegas que fazem parte da Associação de Municípios da Serra d'Arga, a proposta que ali fez e como é óbvio, reitero que o Doutor Guilherme Lagido participou na defesa da Serra d'Arga, na promoção da Serra d'Arga e neste projeto em concreto. **(áudio 2.32.44 e 2.35.03 minutos da 1.ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que, no "Calendário da Faturação a Pagar por Fornecedor" estão lá elencadas muitas dezenas de dívidas, mas, aquelas que lhe chamou mais a atenção foram ridículas as dívidas a fornecedores, entre os 90 e 270 dias totalizando um valor 186,53€.

Outra dívida é às Águas do Norte, S.A. de perto de 6.000,000,00 (seis milhões de euros), não estando contabilizados os juros que ascendem a perto de 3 milhões de euros, esta dívida que está no referido Calendário para ser paga a 30 dias.

Pergunta ao Senhor Presidente como é que a Câmara vai conseguir pagar perto de 9 milhões de euros às Águas do Norte em 30 dias? E, não se compreende qual a razão dessa dívida estar a 30 dias se a Câmara a vendeu ao Banco Europeu de Investimento, ou seja, os contribuintes do Concelho de Caminha vão ter que suportar, novamente, este custo até ao ano de 2050. (áudio 2.32.44 e 2.35.03 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que no ponto 1 da informação interna vem um contrato de um técnico superior nas áreas das ciências geográficas e topográfico de planeamento do território, isto é, uma prestação de serviços. Pergunta se não existem três geógrafos no município que poderiam fazer este trabalho?

Disse ainda que a Polis Litoral Norte diz à Câmara Municipal que tem de realizar o capital social que lhe falta, tem que pagar as dívidas, sob pena de comprometer a realização dos projetos e financiamentos vindos da União



Assembleia Municipal de Caminha

Europeia. Porque é que não se liquida à empresa? Porque é que as dívidas não estão pagas? E, se estão em causa os cofinanciamentos vindos da União Europeia?

Relativamente às Águas do Norte disse que foram objeto de um acordo em fevereiro com a Câmara e em junho de 2020, com entrada em vigor da Lei 4B, que era para assuntos Covid, onde o artigo 6º da lei diz claramente que se podia superar o limite de endividamento, desde que houvesse despacho dos Ministros das Áreas das Finanças, das Autarquias Locais e Ambiente.

Pergunta é, se esses despachos existem, onde estão, gostavam de os ver, pelo menos em digital?

Nas atas o acordo era de 6 700 000€. Pergunta, quando é que fez a cessão de dívidas? Sabe que a cessão de dívidas pode vir ali. A dívida, tanto nas águas do Norte como no bem. Pergunta ainda, quanto é que está a pagar por mês e quanto é que falta de juros? (áudio 2.56.41 e 3.01.37 minutos da 1.ª gravação). --

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que da análise feita ao calendário das dívidas pendentes de pagamento a fornecedores, destaca o facto de o município ser mau pagador e, por conseguinte, ser um elemento perturbador da economia local, ao não pagar atempadamente ou num prazo razoável aos seus fornecedores constitui um problema de dupla face. Primeiro, prejudica a saúde financeira das empresas fornecedoras, acrescentando mais dificuldades às dificuldades já existentes nessas mesmas empresas. Segundo, as empresas que ainda arriscam fornecer algo ao Município de Caminha já sabem que vai haver uma grande demora no recebimento dos valores que são devidos, motivo pelo qual os preços são mais elevados a contar com essa demora. Quer isto dizer que o dinheiro dos caminhenses é gasto de forma indevida e prejudicial.

Disse ainda que as dívidas a 30 dias totalizam mais de 7 000 000€, e acima dos 30 dias até aos 90 dias, prazo que ainda é aceitável nas relações



Assembleia Municipal de Caminha

comerciais, acresce mais 600 000€. Assim, temos cerca de 7 600 000€ de dívida até aos 90 dias, esta é uma situação que muito os preocupa. Neste sentido apelam ao atual executivo camarário que inicie rapidamente um caminho de inversão desta tendência que se arrasta há tantos anos pelo bem comum dos caminhenses.

Disse ainda, no que se refere à informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre os principais assuntos e problemas ocorridos desde a anterior sessão ordinária, realizada em 30 de setembro, constataram que nada consta nesta informação sobre o negócio do megapavilhão nem dos 369 000€. e estarão perdidos. Esta omissão total só se pode ter 2 leituras. O Senhor Presidente da Câmara considera que este assunto não é relevante e por tal motivo não o elencou, ou, pretende que haja um esquecimento rápido de tal ocorrência politicamente tão traumática e municipalmente tão desastrosa. (áudio 3.01.50 e 3.06.24 minutos da 1.ª gravação e 00.42 minutos da 2ª gravação).

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, agradeceu a qualidade crescente das informações que são prestadas, que permitem que se constate a cada Assembleia o montante da dívida que se tem e os prazos de pagamento. E, para essa matéria a CDU não contribuiu, quem contribuiu foi o PS e o PSD, que ali estão sentados.

Deu uma nota positiva para o papel cultural e social, que teve uma das iniciativas da "Cultura para Todos", que foi o "Coro das Velhas" este foi um desafio muito interessante para o Município de Caminha, mas, acima de tudo, um desafio mais interessante para a população, que nele participou. e por isso deixa ali um novo desafio, porque tiveram a possibilidade de conversar com algumas das pessoas que participaram e neste momento ficou a vontade de repetir. Pois, gostaria muito que o executivo atendesse este pedido da população e, voltasse a envolver as pessoas nesta atividade.

Disse ainda ao Senhor Presidente, que a estratégia do Alto Minho 2030 era demasiado importante para se ter escolhido o horário que foi escolhido e,

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and a circled 'D' below it.



Assembleia Municipal de Caminha

infelizmente, na sua apresentação não puderam estar presentes, se calhar, a maior parte das pessoas e muitas delas com responsabilidades políticas ali no Município de Caminha.

Também disse que na parte dos protocolos surgem uma série de protocolos entre nomeadamente entre o Município e a Academia de Música Fernandes Fão, no entanto, gostava que fossem disponibilizados na internet para que todos os conheçam.

Para terminar, fala na questão do emprego precário que já ali foi referida pela CDU relativamente a trabalhadores das Piscinas Municipais, nomeadamente os monitores de natação. (áudio 00.51 e 06.24 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse relativamente às questões ali levantadas pelo Senhor Deputado Jorge Nande e pelo Senhor Presidente da Junta, Carlos Castro, as respostas serão entregues por escrito. Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado Abílio Cerqueira, no que diz respeito ao CET, não há nenhuma tentativa de ocultar o que quer que seja, porque, houve uma Assembleia Extraordinária em novembro para debater este assunto, de forma aberta e transparente.

Relativamente às questões que foram muito transversais sobre a situação financeira da Câmara, disse o Senhor Presidente que todos sabem que a Câmara Municipal tem dificuldades financeiras, e o executivo quer combater essas dificuldades financeiras, como aliás todos os seus antecessores falavam das dificuldades financeiras, logo, ele não vai ser exceção, porque elas existem e se querem ser corretos e honestos com a população, tem que assumir o que é. Logo, não se pode retirar aquilo que são as receitas da Câmara Municipal, porque, se se quer diminuir prazos médios de pagamento, diminuir a dívida, se não se quer ter dívidas a fornecedores, existe uma coisa que a Câmara Municipal tem que ter, é receitas para fazer esses pagamentos, ou seja, tem que se ser verdadeiramente sérios na análise que faz, e isso, está confiante que sim. Porém, vai ali haver debate sobre fixação de impostos, e gostava de



Assembleia Municipal de Caminha

ver uma posição consentânea com aquilo que vem sendo sempre dito. De que, é preciso a Câmara Municipal pagar mais rapidamente aos fornecedores, diminuir ao mesmo tempo a dívida e ter a Câmara Municipal ágil apostar um serviço público nas suas mais diversas vertentes, desde o seu atendimento, apoiando a cultura, o desporto, o associativismo, as IPSS, as escolas. É, isso que executivo quer fazer, mas, precisa ter esse bolo, que permita ocorrer a isso tudo mais depressa e, é este o caminho que vai conseguir seguir fazer com a ajuda de todos. **(áudio 05.33 e 09.53 minutos da 2ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e disse ao Senhor Presidente que não respondeu à primeira questão colocada por ele no que diz respeito à contratação de um geografo. Disse sobre prestação de serviços técnicos superior para implementação do Plano Municipal da Igualdade não Discriminativa de Caminha, pergunta se os técnicos do município na área da psicologia não serviam para fazer isto?

Relativamente às Águas da ADAM, porque é que se deve a 360 dias?

Porque é que se tem uma dívida a Comunidade Internacional da CIM Alto Minho e quais são as contrapartidas? E, ainda fez várias perguntas sobre prestações de serviços que o Município tem com outras entidades. **(áudio 10.12 e 13.57 minutos da 2ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que esta é gestão municipal, é o que se tem de fazer, ou seja, contratar serviços, contratar pessoas, aquisição de bens e contratar empresas, porque, o Município não consegue ocorrer a todas as situações, ou seja, a Câmara Municipal está a trabalhar em prol da comunidade do Concelho de Caminha. Porém, é verdade a dívida que aí está é a dívida que é assumida e é o que se tem de pagar, mas, não se consegue é pagar toda ao mesmo tempo. Ou melhor, se calhar até se podia, com o valor de todo orçamento, pagava-se a dívida total e a Câmara fechava durante um ano. **(áudio 14.03 e 14.58 minutos da 2ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de junho 2022

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 30 de junho 2022**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de setembro 2022

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 30 de setembro 2022**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

d) – Aprovação do Novo Regimento da Assembleia Municipal de Caminha



Assembleia Municipal de Caminha

Esta proposta foi retirada pela mesa.

e) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de 30 de novembro de dois mil e vinte e dois, relativa às “**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023”.

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse o princípio da estabilidade e sustentabilidade orçamental deve ser por si o mais importante pilar de todos os organismos da administração pública central, regional e local.

Infelizmente este princípio não está presente nas "Grandes Opções do Plano e Orçamento" da Câmara Municipal de Caminha, este GOP, para 2023.

Continuamos sem nenhuma estratégia e sem visão para futuro. O endividamento à banca, a carga de impostos e de taxas vão ser o pão nosso de cada dia para 2023.

O Executivo da Câmara Municipal pretende arrecadar, com este orçamento, mais 600.000,00€ (seiscentos mil Euros) em receitas fiscais do que no ano 2022, que agora termina.



Assembleia Municipal de Caminha

Não existe uma única medida para captação de investimento privado e por muito que revejo este GOP, não vejo um único ponto no qual faça referencia a uma zona industrial, o povo do Concelho de Caminha está entregue à sua sorte, a Câmara está apática, não tem capacidade nem forças para criar riqueza e fixar pessoas, a última revisão do PDM, foi um vírus que matou o desenvolvimento e estagnou os empresários, empreiteiros da construção civil e de muitos investidores que pretendiam investir no Concelho de Caminha.

Só com prémios encomendados e pagos a peso de ouro a uma empresa privada é que Caminha é distinguida como o melhor Concelho para viver.

A última revisão do PDM, fez com que Vila Praia de Ancora perdesse zonas que já estavam definidas como zonas construtivas e noutras situações viu serem reduzidos os índices de construção de muitos terrenos.

Mas como prenda de Natal, a Câmara Municipal e todos os seus apoiantes nesta Assembleia, vão dar mais um presente envenenado a todos os munícipes, ou seja, um brutal aumento de 10% na taxa de resíduos sólidos urbanos.

Senhor Presidente o que se passa com a área cultural para Vila Praia de Ancora?

Acabaram com a Festa do Mar e da Sardinha, acabaram com o Festival do Espadarte, a Maior Mesa da Páscoa do País, também não sei se a intenção é, que a mesma acabe e apenas vejo 10,000€ para a Festa da Flor.

Senhor Presidente de 18.000€, passa para 10.000€, uma festa que atrai milhares de pessoas na época baixa a Vila Praia de Âncora.

Senhor Presidente conte que a Junta de Freguesia vai pedir à Câmara um subsídio de 8.000€, para fazer face às despesas que tem todos os anos com a Festa da Flor, porque a festa é uma festa pública, organizada por entidades públicas e pelo "Grupo dos Amigos das Mais" e não por promotores privados.

As obras referentes aos processos dos Orçamentos Participativos, as propostas vencedoras Dólmen da Barrosa e Monte Calvário, disse que estas obras já deveriam estar executadas há muitos anos, até porque as pessoas

Cefus
£
Q



Assembleia Municipal de Caminha

acreditaram, confiaram e agora sentem-se que foram enganadas e utilizadas politicamente. (áudio 19.10 e 24.22 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, cumprimentos todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da mesa, e disse que em relação a este orçamento no que diz respeito à receita corrente os impostos diretos, as taxas, a participação no IRS e os resíduos sólidos sobem num total de 728 000 mil euros, passou a citar umas palavras do Senhor Presidente “Sabendo que é neste capítulo que podemos afetar negativamente ou o rendimento disponível das famílias. Tudo fizemos para reduzir ao mínimo o impacto nos seus orçamentos familiares”, pergunta, se se estas palavras são sinceras ou são palavras de circunstância?

Relativamente à despesa corrente, disse que a limpeza urbana sobe 65 000 mil euros. Disse ainda que foi assinado um contrato no dia 03 de novembro passado que foi para Instituto de Estudo Comportamental, no valor de 12 500€ mais IVA, para se concorrer a um prémio que o Senhor Presidente da Junta Calos castro mencionou. Pergunta ao Senhor Presidente se sabe quantos municípios de 308 que existem, apenas concorreram 14, ou seja, dinheiro deitado fora.

Saúda a Senhora Presidente da Junta de Vile pela criação de incentivos à natalidade na sua freguesia ao atribuir prémios.

Pergunta ainda ao Senhor Presidente, acerca da Estratégia Local de Habitação. Como é que se está acerca disso? Onde é que está o estudo? Quais são as casas? Qual o valor por casa? Quando é que vão começar as obras?

Par terminar disse que revolta ver 270 000€ serem atribuídos ao Festival de Vilar de Mouros, pois poderiam ser atribuídos para “O Caminha Solidária e Caminha Habita”, que é para pessoas que necessitam, que só tem 88 000€. (áudio 24.37 e 29.47 minutos da 2ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, porque as GOP deste ano trás alguns gráficos que permitem fazer uma análise.

O Senhor Deputado fez uma comparação com as GOP de Monção e de Caminha, onde tudo é demonstrado com gráficos.

Disse que em despesas correntes tem 16,3 milhões e despesas de capital, 6,4 milhões este é o problema da Câmara de Caminha, ou seja, o orçamento anda ao contrário tem mais despesa corrente, do que naquilo que se deve gastar que tem a ver com investir. Pergunta, que medidas têm para atrair empresas? Onde é que está um Parque Industrial? Que medidas tem para atrair jovens à exceção daquela que fizeram aprovar ali com a recomendação?

Para terminar disse que entidade que que faz o Festival de Vilar de Mouros tem casa gratuita em instalações da Câmara, pergunta, se faz isso a todas as empresas? (áudio 29.58 e 35.25 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que o orçamento apresentado para o ano de 2023 contém opções estranhas que os deixam chocados com a levandade. É, apresentado um orçamento de valor global inferior ao de 2022 em cerca de 2 000 000€, no entanto, não invalida que de forma incongruente se aumentem despesas recreativas, enquanto se mantém restrições às freguesias, pelo que, nenhuma junta de freguesia hoje ali presente, pode votar favoravelmente este orçamento para 2023, comparativamente, com um evento recreativo com organização de uma entidade privada, que se trata do Festival de Vilar de Mouros, vai receber quase tanto como recebem todas as juntas de freguesia em todo o ano.

O Senhor Deputado apresenta ainda alguns exemplos de eventos e refere que são bem demonstrativos daquilo que é o exercício previsto pelo executivo para próximo ano, uma estratégia para o futuro do Concelho, que consiste em transformar o Concelho, numa espécie de grande resort turístico, com



Assembleia Municipal de Caminha

atividades recreativas apelativas durante o Verão para os turistas. **(áudio 35.37 e 41.11 minutos da 2ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que ao contrário do que ali foi dito, devem votar este orçamento favoravelmente, porque atualmente as juntas de freguesia sabem que o dinheiro que lhes é atribuído o vão receber, porque no passado não era assim, apenas se recebiam os subsídios no último ano das eleições, ou seja, prometia-se muito, mas, fazia-se muito pouco. Hoje promete-se pouco, mas, faz-se muito. **(áudio 41.39 e 43.12 minutos da 2ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que admira a coerência do PSD neste combate, pois é quase uma questão histórica, quase tão histórica quanto o Festival de Vilar de Mouros, que é acabar com o Festival de Vilar de Mouros e já se torna doentio.-----

Disse que este é, o segundo orçamento discutido e aprovado no mesmo ano. Os números, apontam sempre a dimensão quer da despesa quer da receita e no entendimento da CDU, sem uma ordem definida, porque se é certo que uma maior receita acautela o crescimento da despesa, o contrário também acontece porque, é acrescente despesa procura sempre encontrar receita que a possa efetivamente cobrir, em suma, os orçamentos municipais têm mostrado falta de crescimento, refletindo muitos dos erros do passado em que PS e PSD dividem o pódio dos prejuízos.-----

Para terminar disse que do ponto de vista geral, verificaram uma diminuição genérica nas despesas correntes. Que não escondem a existência de um aumento substancial em certas rubricas a uma efetiva diminuição do investimento na linha do ano em curso, não só explicada pela periodicidade dos quadros de financiamento comunitário. **(áudio 43.25 e 51.32 minutos da 2ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que este orçamento é um documento que traça, em linhas gerais, aquilo que será o próximo ano no município de Caminha. Haverá uma despesa e uma receita orçados em mais ou menos 23 000 000€. Disse ainda que este documento consiste em três opções na seriedade, na responsabilidade e na proximidade.

Na seriedade, face a uma conjuntura em que se está a viver cortando ou reduzindo em algumas despesas para fazer face aos brutais aumentos a que também a Câmara tem de fazer frente. -----

Na responsabilidade, ao assumir perante todos que não se cede às medidas populistas exigidas pela oposição, de baixar impostos numa irresponsabilidade total, pondo em risco o cumprimento dos compromissos assumidos.

Na proximidade, ao majorar em 20% o montante do subsídio a atribuir às freguesias para que cada uma das parcelas do nosso território possa responder presente aos seus fregueses. -----

Para terminar, disse que este é um documento que plasma uma visão séria, sem demagogia nem populismos baratos, logo, o Partido Socialista irá aprová-lo, lançando daqui um apelo ao Presidente e aos restantes membros do executivo para que continuem a trabalhar em prol da população do Concelho. **(áudio 51.51 e 56.25 minutos da 2ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, fez um agradecimento público aos serviços do município da área Financeira pelo trabalho que realizaram e pela ajuda e colaboração que prestaram, para que pudesse apresentar este documento tão importante, estrutural para a vida do município e para a vivência da comunidade do Concelho. -----

Agradeceu também aos partidos políticos com quem teve a honra de reunir para preparar este orçamento, pela forma como esgrimiram os seus argumentos, fizeram as suas propostas, debateram as suas ideias e pela forma correta, franca e democrática com que decorreu essa mesma reunião. -----



Assembleia Municipal de Caminha

Disse que apresenta à Assembleia o orçamento no valor global de 23 223 096,82€, como já se referiu, este é um orçamento inferior ao orçamento de 2022 em cerca de 2 000 000€, em grande parte, deve-se ao facto de no orçamento anterior se ter inscrito duas grandes empreitadas, com financiamento comunitário, uma delas era a Escola Básica e Secundária de Caminha e a Escola de Vila Praia de Âncora, com ensino articulado.-----

Disse ainda que este é um orçamento, que cuida do presente, e constrói o futuro de coesão para o nosso território. Este será um ano verdadeiramente exigente, exigente para as famílias, para as empresas, para as freguesias e também para a Câmara Municipal, logo, trata-se de um documento sério, rigoroso e transparente, mais fiel à realidade, tanto no lado da despesa como no lado da receita, ou seja, este é um documento que vai permitir à Câmara Municipal, durante o exercício económico, concretizar os seus objetivos, concretizar as suas atribuições e competências.-----

Relativamente à questão apresentada pela CDU sobre a opção gestor não consta deste documento, porque a Câmara Municipal, vai ter de ocorrer a outras situações no âmbito dos recursos humanos, que vai consumir muito orçamento municipal, com o aumento do salário mínimo nacional, com o descongelamento das carreiras e com a atualização do sistema de avaliação dos funcionários da autarquia local, que estava atrasado e que este executivo se comprometeu a fazê-lo neste orçamento.-----

Relativamente às freguesias discorda daquilo que foi dito pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda e os números têm de ser lidos e somados, porque, as Juntas de Freguesias de transferências correntes vão receber +20%, do que aquilo que receberam em 2022, sendo certo que em 2022 haviam recebido +20% do que 2021, portanto, globalmente está-se a falar num aumento de 44%.-----

O Senhor Presidente disse que ouviu ali algumas situações em relação à Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora ser a mais prejudicada, até compreende no calor do debate se possa dizer este tipo de afirmações. Mas, a verdade é



Assembleia Municipal de Caminha

que não corresponde á realidade, com o documento que foi apresentado, com toda a dinamização cultural prevista e passou a citar alguns exemplos culturais mas, também com a rearborização da Quinta da Barosa, com a candidatura mercado fixe, que engloba o mercado de Vila Praia de Âncora, com a obra no Forte da Lagarteira, com a candidatura do Espaço de Memória do Mar de Vila Praia de Âncora e existem ainda muitas outras áreas que se que se cruzam, que se ligam, que é investimento na freguesia. No entanto, até se pode dizer que não basta, que se quer mais, então, Senhor Presidente de Junta venha trabalhar em conjunto, da mesma forma que os outros Presidentes de Junta, se calhar juntando esforços, gasta-se menos e faz-se mais.-----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre disse o Senhor Presidente que ele disse que os impostos estão sempre a subir, o Senhor Deputado, é da área e os impostos não estão sempre a subir, os impostos estão no máximo, já são aqueles, porém, a receita é maior. Porquê? porque há mais economia, porque há mais dinamização económica, para quê, com os mesmos impostos, tem-se mais receita. Porém, os Senhores, querem baixá-los, dizem que os querem baixar. Mas, depois não dão soluções para a despesa. -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Paula Aldeia, disse o Senhor Presidente que foi objetiva na sua análise sobre interpretar o documento e com realidade, disse aquilo que ele transmite e que quer transmitir à população do Concelho de Caminha. -----

Para terminar, disse o Senhor Presidente que este é um orçamento menor do que o ano passado, e espera poder concretizá-lo da melhor forma. Por isso, reitera tudo o que disse, e apela aos Senhores Presidentes de Junta, aos Senhores Deputados Municipais, que possam votar favoravelmente este documento, porque, é um documento estratégia para a vida da Autarquia, mas, acima de tudo é um documento que irá responder às necessidades da população do Concelho de Caminha. **(áudio 56.39 e 1.19.37 minutos da 2ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez um pedido de esclarecimento e disse ao Senhor Presidente que quer trabalhar com a Câmara Municipal de Caminha, no entanto, fizeram um projeto para o Forte da Lagarteira, não convidaram a Junta de Freguesia entre outros. (áudio 1.19.53 e 1.20.45 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou, porque motivo é que não foi cumprida a Lei de 73/2013, juntamente com este orçamento?

Tendo em conta a reserva que o ROC colocou nas contas de 2021. Pergunta, se essa reserva já foi suprida?

Pergunta, como é que apurou a dívida total do município? Quanto é que prevê amortizar na dívida total de capital e na dívida total que é de mais de quase 20 000 000€. Disse ainda que, se o orçamento é tão transparente, porque é que numa panela chamada outros? Que é usado para pequenas coisas que não estão previstas. Porque, em outros colocou mais de 2 000 000€?

Pergunta, porque é que o orçamento da receita na parte dos fundos comunitários é mais baixo?

Pergunta, quais são as suas prioridades para habitação na atração de investimento?

Pergunta, que estratégias tem para atrair indústria, para fixar população jovem, porque é disso que este Concelho precisa. (áudio 1.20.56 e 1.24.43 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse ao Senhor Presidente que este orçamento não está na linha daquilo que foi proposto, vem exatamente ao contrário daquela que era a opinião do Bloco de Esquerda, apesar de ter menos 2 000 000€, não lhes parece que haja de facto essa tendência de cortar neste momento naquilo que era supérfluo. E, fez uma comparação entre



Assembleia Municipal de Caminha

aqueles que são os subsídios para as juntas de freguesia, e com a opção de dar ao Festival de Vilar de Mouros mais de 100 000€, no entanto espera que para o próximo orçamento reveja esta atitude. **(áudio 1.24.58 e 1.27.26 minutos da 2ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que tendo sido a proposta da CDU, a questão da opção gestor. E tendo verificado que nas contas no que diz respeito às despesas com o pessoal salvaguardadas que estavam as progressões obrigatórias, salvaguardado está também o cumprimento de todos os procedimentos relativos à avaliação de desempenho que permita essa mesma progressão. Na verdade, no orçamento aparece exatamente nas mesmas rubricas, ligeiramente mais abaixo um “outros” de 20 000€ e foi exatamente essa confusão que lhes ficou, mas, que agora já clarificou e, portanto, não há mesmo possibilidade nenhuma de ter sobrado fogo orçamental para essa opção gestor, lamentam, porque, a CDU entende que era de facto uma compensação justa para os trabalhadores do município. **(áudio 1.27.34 e 1.30.20 minutos da 2ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira que não pode concordar e estar de acordo com a sua posição, porque, para as Juntas de Freguesia o valor global que tem neste orçamento é de 740 380 mil euros, logo, existe um grande diferencial grande que os separa e, estaria a desvirtuar aquilo que é a realidade do documento que ali apresenta. Relativamente à questão da Câmara Municipal, conseguiu ou não conseguir ir a fundos comunitários, disse que a Câmara Municipal consegue ir fundos comunitários, o seu limite de endividamento permite que isso aconteça. Agora, a Câmara Municipal não vai a todos os fundos comunitários, vai àqueles que acha que são estruturais e aos avisos que são importantes para o município. E, a o Município de Caminha e dos municípios com a taxa de execução de Fundos Comunitários mais elevadas acima de 77.3%. No entanto, a Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

Municipal, fez aquilo que se chamava otimização do exercício de soma/nula, que é uma coisa um bocado complexa terminologicamente, mas, vai permitir à Câmara Municipal arrecadar financiamento no âmbito de revisões de preço que se tinha em obras que estavam a decorrer como obra na Sandia, o Mercado de Caminha e esta comparticipação será uma ajuda no âmbito das revisões de preços em 85%.(áudio 1.30.25 e 1.35.43 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a reserva que o ROC colocou nas contas apresentadas em abril deste prendia com o facto de a Câmara de Caminha ainda não ter introduzido na sua contabilidade de gestão o normativo 27, que é o que depois também permite ter os orçamentos e as contas mais bem explicadas. E, a pergunta é, se a Câmara de Caminha neste momento, já corrigiu a reserva, porque, até corre o risco de se a reserva se mantiver, ele não as assinar. (áudio 1.36.02 e 1.36.48 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que não está em condições de responder essa pergunta, não obstante, está em crer que não será impeditivo do ROC se pronunciar e assinar as contas. (áudio 1.36.57 e 1.37.07 minutos da 2ª gravação). -----

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 13 votos contra e 01 abstenção.

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez declaração de voto e disse que os motivos do voto contra pela coligação "O Concelho em Primeiro" prende-se;

- 1.º Um documento sem estratégia nem visão de futuro, no que diz respeito à captação de empresas e indústrias;
- 2.º O município, tem dívidas, à empresa Luságua de cerca de 1,5 milhões, uma dívida a Pólis de 1,2 milhões, dívida à ADSE superior a 560 mil euros, entre



Assembleia Municipal de Caminha

outras, e neste GOP, apenas vemos uma verba de 1,8 milhões que não dará para pagar os compromissos assumidos e os encargos de 2023;

3.º olhando para o orçamento não encontramos as rubricas onde se encaixem os pagamentos anuais da dívida ao Banco Europeu de Investimentos, nem uma demonstração do cálculo dos juros de mora;

4.º Neste orçamento e conforme mapa discriminativo os protocolos com as juntas de freguesia, são um escândalo,....., além do corte em despesas como material de escritório e etc.;

5.º O aumento dos impostos neste orçamento é brutal...

6.º Não há previsão clara neste orçamento para receber os 300 000€ do CET...
(áudio 1.39.12 e 1.42.16 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez declaração de voto e disse ficou extremamente triste com o valor que se dá às freguesias.

Também votou contra porque, comparando com a Monção no ano passado deram 2 000 000€ em dinheiro às freguesias num orçamento de 30 000 000€, e neste 23 000 000€ parece muito mal que só atribua menos 300 000€. (áudio 1.43.06 e 1.43.26 minutos da 2ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 22 votos a favor e 13 votos contra.

f) – Mapa de Pessoal para 2023

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Mapa de Pessoal para 2023**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara,



Assembleia Municipal de Caminha

aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar o “Mapa de Pessoal para 2023”.

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra o Senhores Deputados: -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que o mapa de pessoal apresentado resulta que estão ocupados 188 lugares, de assistentes operacionais, e está a decorrer um procedimento concursal para ocupação de mais 49 lugares vagos.

Pergunta, quantos lugares é que efetivamente vão a concurso?

Quando é que decorre o concurso? Se existem ou não candidatos e em que número? E, quando se prevê a conclusão deste concurso? (**áudio 1.45.17 e 1.46.35 minutos da 2ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez comparações em pagamento de impostos entre um funcionário a recibos verdes ou estarem contratados no quadro de pessoal do Município.

Pergunta, porque é que se está a pagar 50 000€ à Dignidade? se a Câmara já tem um técnico de comunicação.

Pergunta, porque se tem uma prestação serviços para a Câmara em Design Gráfico e Publicidade? Se, a Câmara tem um técnico de Design Gráfico e Publicidade.

Disse que tem ali um procedimento concursal a decorrer para Direito. Pergunta, quantos candidatos houve e quando é que termina?

Disse que existem 49 vagas a concurso de assistentes operacionais. E, neste momento tem cerca de 49 ou 50 pessoas recibos verdes. E, a pergunta que se impõe fazer é, não havendo um plano especial de reintegração desta gente na administração pública, será que vai inserir estas pessoas, nestas 49 vagas? (**áudio 1.46.44 e 1.51.20 minutos da 2ª gravação**). -----



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, disse que este é, sem dúvida, um documento fundamental da gestão e planeamento a nível de recursos humanos existentes na autarquia. O mapa de pessoal apresentado, prevê os postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades.

[Handwritten signature]

Salienta a proposta apresentada para a incorporação de 49 novos assistentes operacionais para colmatar as necessidades nas escolas, estaleiros e outros serviços.

Para terminar disse que o mapa de pessoal é fundamental para que possamos prosseguir as competências e atribuições que são legalmente confiadas à Câmara Municipal, bem como valorizar os trabalhadores da autarquia. **(áudio 1.51.32 e 1.52.57 minutos da 2ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, disse que está de acordo com o Senhor Deputado Jorge Nande, que se devia acabar com os recibos verdes. No entanto, todos sabem que quem está a trabalhar num Município ou numa Junta de Freguesia a recibos verdes, tem de trabalhar com ferramenta própria, porque, pode ser multada até ao valor de 20 000€. Pergunta se o estudo foi feito, para os funcionários do Município e para os funcionários que as Juntas de Freguesias têm a recibos verdes. **(áudio 1.53.08 e 1.53.52 minutos da 2ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, quanto aos procedimentos concursais que estão a decorrer na Câmara Municipal, disse que alguns deles já estão numa fase mais avançada como o de Jurista e disse quanto ao concurso dos assistentes operacionais que este está em fase de ser remetido à Câmara para depois se abrir o concurso e o Município tem trabalhadores em regime de prestação de serviços e pretende com esta abertura de concurso, terminar com a precariedade que existe e convida todos aqueles queiram trabalhar com o Município, para que concorram e ganhem o concurso, porque, serão todos bem-vindos.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que o Concelho de Caminha tem duas Vilas fantásticas que exigem muito da Câmara, e contrariamente a outros concelhos vizinhos, o Concelho tem áreas urbanas de muita pressão, são áreas urbanas com frente marítima e ribeirinha e tem que ter mais trabalhadores para acudir a todas as situações e se calhar, todos os que se tem são poucos, isto, já para não falar nas escolas. (áudio 1.54.01 e 1.57.57 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou ao Senhor Presidente se sabia que Monção tem quatro centros escolares? (áudio 1.58.01 e 1.58.58 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que o Concelho de Caminha não 4 centros escolares, mas sim 15. (áudio 1.59.09 e 1.59.21 minutos da 2ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 0 votos contra e 13 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez declaração de voto e disse que;
Considerando que o mapa pessoal é um documento estanque, com a exceção dos lugares provenientes da Descentralização de Competências do Estado nos Municípios, como, por exemplo, a ação social e educação, entre outras, com procedimentos concursais a decorrer.

Considerando que, este mapa pessoal não prevê quaisquer valorizações de trabalhadores, quer pela via da mobilidade intercarreiras ou por via da



Assembleia Municipal de Caminha

valorização académica, ou ainda pela via da promoção da carreira através de procedimentos concursais internos.

Considerando que, apesar de deste mapa pessoal dar início a uma reivindicação que tem sido bandeira da coligação “O Concelho Primeiro”, abrindo concurso para que se possivelmente extingam contratos precários a falsos recibos verdes, a bancada eleita pela coligação “O Concelho Primeiro” abstém-se nesta votação. (áudio 2.01.03 e 2.01.58 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez declaração de voto e disse que votou favoravelmente este mapa, porque considera muito importante a estabilidade no emprego. E, quando se está a falar de 49 postos de trabalho que possam passar para o quadro, todos devem ser sensíveis nesta matéria. E, quando se fala que deve haver uma estratégia de fixação da população e de valorização da população, isto é, estratégia, ao passar pessoas precárias para o quadro, estão a dar uma nova estabilidade às famílias. (áudio 2.02.24 e 2.02.58 minutos da 2ª gravação). -

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 23 votos a favor e 12 abstenções.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs à consideração do plenário a continuação da sessão da Assembleia Municipal a qual foi aprovada com 30 votos a favor e 5 votos contra.

g) – Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2023

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano**



Assembleia Municipal de Caminha

2023”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove os “Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2023”, nas seguintes formas de apoio às Freguesias em reforço da capacitação necessária para que estas consigam prosseguir as respetivas competências materiais;

- Em numerário, até ao limite estipulado (anexo I que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata), para os projetos constantes das Grandes Opções do Plano para cada Junta de Freguesia;
- Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
- E, que seja aprovado o protocolo tipo, que se aplicará aos apoios concedidos às Juntas de Freguesia.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que está ali para demonstrar o seu descontentamento pelas verbas que estão definidas para a sua freguesia nas Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2023.

Disse que para melhor entendimento do público, no que respeita a Vila Praia de Âncora, a Câmara Municipal executava essas competências com custo anual de mais de 190 000,00€, tendo em conta os montantes com pessoal, viaturas, equipamentos, combustíveis, etc., e lamenta que Vila Praia de Âncora recebe apenas 34 000,00€ para realizar esses trabalhos.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda no que respeita à verba para despesas de capital, também são manifestamente insuficientes, tendo em conta o brutal aumento da inflação, que se reflete no preço final dos orçamentos.

Para terminar, disse que estas verbas são tão reduzidas, de pouco mais de 1% das receitas de impostos pagos pelos Ancorenses para o cofre do Município, é incompreensível e inaceitável. (áudio 2.06.39 e 2.08.42 minutos da 2ª gravação).

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma comparação entre vários municípios nas suas atribuições às Juntas de Freguesia, e disse aos Senhores Presidentes de Junta que são um órgão independente, como é a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, porque também são constituídos por um órgão executivo e deliberativo e propõe ali um desafio, que em vez de dizerem amém, devem ser mais exigentes e não ter medo, porque, está ali a Assembleia Municipal para fazer barulho a favor deles. Logo, esta era a mensagem que queria ali deixar sobre o protocolo, e, não está contra o Senhor Presidente da Câmara, está a favor de uma maneira diferente de ver as coisas. (áudio 2.08.58 e 2.14.04 minutos da 2ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Christine Pereira**, saudou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que por diversas vezes teve a oportunidade de ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal a referir que as Juntas de Freguesia são o primeiro rosto do Estado no território. E, a proposta que hoje ali está em debate prevê a atribuição de uma verba global de 292 700,00€ para que as Juntas de Freguesia possam executar o seu plano de atividade 2023. Mas, para além desta verba, as Juntas de Freguesia recebem da Câmara Municipal uma outra verba afeta a transferências correntes para o exercício das funções. Mas, o que ali está em causa é o apoio às Juntas de Freguesia para que elas possam desenvolver obras, projetos e melhorar a sua freguesia. Assim, o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta. (áudio 2.14.24 e 2.15.49 minutos da 2ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, disse que os Presidentes da Junta, tem uma posição privilegiada em cada uma das suas freguesias, estão sempre presentes para a sua população, nem que seja à distância de um telefonema. Conhecem cada rua, é lhes confidenciado necessidades das famílias, associações, no entanto, na hora de resolver, estão limitados. Querem desenvolver projetos que tornem a freguesia mais apelativa, mais limpa, mais organizada e mais alinhada com as diretrizes da sustentabilidade ambiental, mas, a Junta de Freguesia de Âncora não é convidada a participar no desenvolvimento dos projetos para serem executados pela Câmara e não têm verbas disponíveis suficientes para executá-los. Sente-se reféns quando o Presidente pede aos Presidentes de Junta para refletirem bem no seu voto, no entanto, pede ao Senhor Presidente, para que pense nas freguesias. (áudio 2.16.04 e 2.19.05 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, disse que mais uma vez está de acordo com o Senhor Deputado Jorge Nande, porque se o orçamento não for aprovado não há dinheiro para as freguesias.

Quanto às maravilhas que ali fala sobre o Município de Monção também não é como refere o Senhor Deputado, porque existem freguesias que chegam a estar uma semana sem água e as verbas são muito poucas, e são eles que tem de fazer as captações de água e não tem dinheiro para arranjar as redes água. (áudio 2.19.20 e 2.20.45 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, reconhece que tenha havido um caminho que vai no sentido de aumentar a capacidade orçamental das freguesias e, ao mesmo tempo, regula a forma e os montantes a atribuir o que é muito positivo, e o estabelecimento de regras claras e de montantes certos, independentemente da cor partidária da freguesia, constitui um bom serviço



Assembleia Municipal de Caminha

Público. No entanto, como é óbvio para todos os montantes atribuídos às freguesias, são ainda manifestamente insuficientes. Por isso, apesar de reconhecer a evolução positiva no relacionamento com as freguesias, lamenta que estas tenham de continuar a perder para tantos outros concorrentes aos dinheiros municipais e que este protocolo, em vez de se tornar um veículo de libertação das freguesias, se converta num travão ou num confinamento em detrimento de outras entidades. As transferências para as freguesias não são despesa, mas investimento e não podem continuar a estar em segundo plano, mas, em primeiro lugar. Logo, este ano ainda não consegue votar em plena satisfação e consciência de forma favorável a proposta do executivo. **(áudio 2.20.56 e 2.24.38 minutos da 2ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que no seu exercício enquanto Vereador da Autarquia, tinha a seu cargo o pelouro das freguesias, e sempre pautou na sua atuação política, de forma igual. No entanto, alguém referiu ali nas intervenções deste ponto, que se está noutros tempos, isso é uma verdade, porque em outros executivos em sessões como estas os presidentes de junta que votavam contra, recebiam zero euros para as suas freguesias como foi o caso do Aurélio Pereira e Rui Fernandes, Presidentes de Junta do Partido Socialista. Mas, não é isso que este executivo pretende, como todos os Senhores Presidentes de Junta sabem, e tem a sua liberdade de voto. E a liberdade de voto que têm não implica a Câmara não ter um olhar assertivo para o território. Para além das transferências correntes capital, ainda atribuí subsídios extras para ajudar as freguesias, ou, quando a freguesia solicita a Câmara Municipal ajuda com recursos humanos ou maquinaria, trabalha de forma aberta, sem partidarismos ou politiquices, quer, os Senhores Presidentes de Junta votem contra, se abstenham ou votem a favor. E, para quem não sabe e não é confidencial houve uma reunião com todos os Senhores Presidentes de Junta do Concelho de Caminha, outros que se fizeram representar, onde se debateu aquelas que seriam as verbas a atribuir no âmbito do orçamento a



Assembleia Municipal de Caminha

cada freguesia. Logo, os Senhores Presidentes têm liberdade total para votar, mas, aquilo que pede é honestidade intelectual e que reconheçam se ele trabalha de forma leal ou não com todos eles. (áudio 2.24.47 e 2.30.00 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente da Câmara, se se deu conta que acabou de ali dizer uma expressão, que passou a citar “Os senhores, Presidente da Junta da oposição”, e pergunta se o Senhor Presidente da Câmara, não sabe que os Senhores Presidentes de Junta não são da oposição, são Presidentes da Junta.

Pergunta ainda ao Senhor Presidente da Câmara, se tem alguma dúvida que as Juntas de Freguesia com o mesmo dinheiro, fazem melhor obra e mais barata e por isso devem ter mais apoios. (áudio 2.30.12 e 2.31.02 minutos da 2ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 11 votos contra e 01 abstenções.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez declaração de voto e disse que;
Votaram contra este protocolo, porque, acreditam que a autonomia das Juntas de Freguesia, deve ser salvaguardada, porque são os órgãos que estão mais próximos e mais auxiliam as populações, e por isso, devem ter meios para que nesse trabalho que fazem muitas vezes desconhecido, consigam estar juntos e apoiar os seus fregueses. E, estão convictos que se houvesse mais transferências para as Juntas de Freguesia se pouparia muito dinheiro do Orçamento Municipal, porque as Juntas de Freguesia conseguem realizar a mesma obra, com menos dinheiro. E, por isso acreditam que o tempo é de



Assembleia Municipal de Caminha

mudança, não se justifica falar no passado, nem no passado recente a Democracia Portuguesa existe desde 1976. (áudio 2.33.06 e 2.34.45 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez declaração de voto e disse que votou favoravelmente, por uma questão de coerência e de princípio, porque se hoje se tem protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia, muito contribuiu o trabalho, a luta e a dedicação da CDU nesta Assembleia Municipal. E, como todos sabem esta existência de protocolos, não é tão antiga quanto isso no Concelho de Caminha. Disse ainda que aquilo que ali estão a votar são os protocolos e o não aprovar os protocolos significa que estas transferências de verbas que ali estão previstas não podem existir.

Compreende as justas reivindicações das Juntas de Freguesia, que são justas e que as entende e que entende que elas de facto devem sempre prevalecer nesta luta política e que o dinheiro que é transferido nunca chega, mas, é evidente que estes protocolos têm que ser aprovados para que haja essa transferência. (áudio 2.34.55 e 2.36.06 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, disse que votou favoravelmente esta proposta, porque se estes protocolos não me fossem aprovados, as Juntas de Freguesia iriam ficar sem as suas verbas a partir de janeiro. No entanto, espera o que o Município com continue com a linha que tem tido com as Freguesias, porque pode ser pouco, mas, não nunca se ouviu ali ninguém dizer que não recebe. (áudio 2.36.19 e 2.37.12 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, disse que o seu voto contra, se prende com o facto de insistir que o valor atribuído não é suficiente, e uma vez mais parece que são reféns do valor das transferências, mas, não é verdade.



Assembleia Municipal de Caminha

Por fim, disse que o trabalho e o diálogo que tem havido com a Câmara Municipal tem sido positivo, no entanto, acha que podem é fazer melhor. (áudio 2.37.27 e 2.39.52 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que votou favoravelmente este protocolo, porque tem a ver com o funcionamento da Junta de Freguesia, e se não votasse a favoravelmente a Junta de Freguesia não podia fazer obra, porque não tem receitas próprias significativas. Mas, também valoriza a questão do protocolo de transferências correntes, que não está agora a ser votado, fazendo uma chamada de atenção ao Senhor Presidente de Câmara, porque, há anos que tem a mesma verba para o investimento de capital.

Também votou favoravelmente por causa de toda a ação que a Câmara faz com as freguesias, para além das transferências diretas, porque é importante para que todos possam trabalhar em conjunto, que não é ali quantificada, mas, é aquilo que permite que os munícipes vivam melhor. (áudio 2.40.06 e 2.41.30 minutos da 2ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 23 votos a favor e 11 abstenções.

h) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º25, da lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob



Assembleia Municipal de Caminha

proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- Prédios Rústicos: 0,8%;
- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,45%.

Propõe-se ainda:

- a) Majorar até 30% (limite 0,585%) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados;
- b) Reduzir em 50% a taxa aplicável a prédios classificados;
- c) Aplicar o denominado IMI familiar, nos termos do art.º 112º-A do CIMI, ou seja, uma dedução fixa de 20,00€, 40,00€ ou 70,00€ euros consoante o agregado familiar tenha 1, 2 ou 3 ou mais dependentes a seu cargo.

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que tinha referido que os impostos estão no máximo, ou seja, as taxas estão no máximo. No entanto a coligação fez uma proposta de redução da taxa de IMI, a qual foi reprovada por esta Assembleia e de seguida leu aquilo que o Senhor Presidente escreveu "sabendo que é neste capítulo da receita corrente que podemos afetar negativamente o rendimento disponível das famílias, tudo fizemos para reduzir ao mínimo o impacto nos seus orçamentos familiares", ou seja, está a dizer ali que tudo fez, mas disse ainda "contribuir para uma repartição mais equitativa da riqueza dos munícipes", pergunta, que repartição equitativa da riqueza fez? se não reduziu a taxa do IMI, porque, é no IMI que as famílias mais sentem, logo estas palavras são um contrassenso, são palavras ao vento que afinal não querem dizer nada e reprovam a redução da taxa de IMI e a taxa de participação do IRS. **(áudio 2.43.04 e 2.45.09 minutos da 2ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a redução do IMI é uma forma de captar população, e por muito que digam que se tem que ter os impostos ao



Assembleia Municipal de Caminha

máximo, porque se tem que pagar despesas, e percebendo o que isso, volta a insistir na redução de impostos.

Disse ainda que Município de Caminha teve que aumentar os impostos em 2020 para se poder candidatar a um saneamento financeiro, porque não podia fazer um acordo de pagamento de 6 700 000,00€ de dívida às Águas do Norte, porque, já tinha ultrapassado os limites de financiamento, mas, neste momento está a 1 700 000.00€, segundo as contas deste orçamento, o que quer dizer que é preciso pagar despesas, mas continua sem cortar nas despesas que o Tribunal de Contas impunha que se cortasse para permitir o saneamento financeiro, e portanto, a opção de gestão continua errada, e não sabe se Caminha para o ano de 2024, mesmo com os impostos no máximo vai continuar a aguentar e não vai ter intervenção estadual, e como o Senhor Presidente não lhe consegue passar nenhuma mensagem que os tranquilize, a é clara, não podem aprovar uma taxa de IMI 0,45%.

Disse que o Município de Viana do Castelo quando fazem obras em edifícios ou melhorias em terrenos notifica as finanças para que faça uma nova avaliação e o IMI é automaticamente atualizado, porque, pode acontecer como ali ouviu há um mês uma Senhor Presidente de Junta dizer que a casa dela estava muito mais abaixo daquilo que é o valor da casa, e não a vendia, portanto, não encontra outra forma de votar. (áudio 2.45.19 e 2.50.19 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que a taxa de IMI aplicada aos prédios urbanos que corresponde, na sua maioria a famílias, já endividadas aos bancos, está a ser aplicada no seu valor máximo de 0,45% e pretende o atual executivo camarário que assim continue. O Bloco de Esquerda considera que, perante a situação de dificuldade financeira geral dos munícipes e também do município, o executivo municipal deveria ter bom senso de não olhar apenas para as suas contas, mas, também para as contas dos seus munícipes



Assembleia Municipal de Caminha

Neste sentido, o Bloco de Esquerda gostaria que o município iniciasse uma cobrança de impostos tendencialmente descendente, em vez de ser tendencialmente ascendente, porque, os munícipes mereciam e necessitam desde já de uma pequena descida percentual que, embora pequena representaria uma ajuda preciosa a muitas famílias caminhenses.

Face ao exposto, não podem votar favoravelmente. (áudio 2.50.29 e 2.53.20 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta proposta é uma repetição daquilo que aconteceu na Assembleia extraordinária, e não traz nada de novo. Disse ainda que o Senhor Deputado Jorge Nande não se enganou nos 5% porque, é graças ao PCP que não é 5% é 0.45%, porque, para eles seria 0,5%, é uma questão de décimas.

Disse ainda que na última Assembleia a CDU defendeu aquilo que era o equilíbrio orçamental, e entendem que, de facto, o orçamento que hoje ali foi aprovado tem por base aquelas que são as previsões de arrecadação de receita vindas deste imposto.

Disse que foi aprovada na última Assembleia Municipal, medidas de incentivo aos jovens para a construção de habitação própria no Concelho, mas, ainda não viram passo algum dado sobre essa matéria.

Por fim, disse que o tempo que se está a atravessar é um tempo difícil, de grandes carências e de grandes dificuldades e será o momento certo para afixar esta majoração de 30%, que diz respeito aos prédios urbanos degradados. Esta é uma pergunta que deixa ao executivo, porque entende a CDU que, se calhar no momento atual em que se está, talvez não seja o momento para essa majoração. (áudio 2.53.34 e 2.55.20 minutos da 2ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que ali, às vezes, de forma dúbia e com interpretações que podem levar a outras interpretações e, foi isso que



Assembleia Municipal de Caminha

precisamente ali aconteceu com o Senhor Deputado Luís, quando por várias vezes hoje ali disse que o IMI ia aumentar, mas, na verdade o IMI permanece na mesma, verifica-se um aumento, sim, porque existe mais construção, e se há mais habitação significa que há mais fixação de pessoas.

Disse ainda, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Jorge Nande, quando foi ali dizer que uma Senhora Presidente da Junta foi ali dizer que não vendia a casa dela pelo valor que lhe foi atribuído pelas finanças. Ela não disse, que atribuiu um valor inferior a casa dela, e isso, é bom que estas coisas estejam bem esclarecidas.

Para terminar, disse que este assunto já foi efetivamente discutido e, portanto, o Partido Socialista irá manter o sentido de voto. (áudio 2.55.32 e 2.58.00 minutos da 2ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que 99.9% das questões remete para a Assembleia extraordinária que houve lugar para debater este tema.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino, disse o Senhor Presidente que sendo esta uma nova questão que se vão apercebendo que existe muita especulação imobiliária e os prédios ficam devolutos em plenos Centros Históricos e Centros Urbanos e nada é feito. Enquanto se quiser especular e nada se fizer a especulação permanece, logo, pode ser que isto seja um incentivo, conhecendo o imobiliário como está no Concelho. (áudio 2.58.10 e 2.59.16 minutos da 2ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 11 votos contra e 02 abstenções.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 23 votos a favor e 11 abstenções.

Handwritten signature in blue ink.

i) – Participação Variável do IRS

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Participação Variável do IRS**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** que a participação a variável do IRS, relativa aos rendimentos de 2023, seja de 5%.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que enquanto há municípios vizinhos, em que a taxa do IRS é de 0% no Concelho de Caminha, esta taxa está no limite máximo permitido, que é 5%. Isto significa que ao IRS de cada contribuinte domiciliado neste Concelho, é retirado aos rendimentos de cada o valor daquela percentagem apenas porque tem o seu domicílio fiscal neste Concelho. Logo, o Bloco de Esquerda vota contra esta taxa aplicada, no seu valor máximo neste momento e em especial fragilidade dos munícipes e sem qualquer perspetiva descendente, não são irresponsáveis ao ponto de reivindicar que a taxa seja reduzida a zero, nem sequer a metade.

Compreendem perfeitamente que há necessidade de acudir às finanças do município, mas entendem também as dificuldades dos munícipes, que tem de ser acolhidas, especialmente na conturbada conjuntura atual, pelo que desejavam que houvesse um esforço partilhado e equilibrado entre as duas partes. (áudio 3.01.25 e 3.04.1 minutos da 2ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 11 votos contra e 02 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 23 votos a favor e 11 abstenções.

j) – Lançamento de uma Derrama

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Lançamento de uma Derrama**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento uma derrama de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), bem como uma taxa reduzida de 0,5% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os € 150 000 (n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual).

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, reitera aquilo que tem vindo a dizer sobre este orçamento, o qual nem sequer é bom para as empresas e não venha ali dizer a CDU que não estão a pensar nas empresas, e o Município fala em atração de investimento, no entanto não se vê gente agora a não ser no Verão, e vem ali um lançamento de uma Derrama de 1,5 sobre o lucro tributável. E,



Assembleia Municipal de Caminha

portanto, os Concelhos como Caminha não podem ter Derrama por muito que necessitem de receitas. (áudio 00.01 e 01.36 minutos da 3ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que a taxa da Derrama aplicada aos lucros das empresas e dos empresários do Concelho, porque são pequenas empresas e pequenos empresários, e que passaram e passam por grandes privações nas suas atividades, desde logo pela recuperação de dois anos de pandemia, do enorme aumento dos custos da sua atividade deveria ser suspensa durante este período de crise. Portanto, o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente mais esta desconsideração a que o Município vota os seus munícipes e a sua rede empresarial. (áudio 03.45 e 05.19 minutos da 3ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 12 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 23 votos a favor e 11 abstenções.

k) – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara,



Assembleia Municipal de Caminha

deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que a taxa municipal dos direitos de passagem está a ser aplicada no seu valor máximo, que é 0,25%, e pretende-se que assim continue no próximo ano. A incidência desta taxa é sobre faturação mensal de empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas no Concelho, são empresas de grande dimensão Nacional e mesmo Internacional, apresentando lucros muito consideráveis pelo que, o Bloco de Esquerda vota favoravelmente. (áudio 07.33 e 08.20 minutos da 3ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou se a taxa de 0.25% está no seu limite, se é para arrecadar receita. (áudio 08.30 e 08.58 minutos da 3ª gravação).

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

I) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de dezembro de dois mil e



Assembleia Municipal de Caminha

vinte e dois, relativa à **“Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, e nos termos do n.º 3, do art.º 6.º da citada Lei; “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente de câmara.”

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove:

- Delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99.759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;
- Que a presente deliberação produza efeitos sobre os compromissos assumidos durante o ano de 2022.
- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da delegação que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;
- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação que ora se propõe.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que tem algumas reservas em aprovar esta matéria este ano, sobretudo depois do que aconteceu, e, entendem que a contratação pública de Caminha depois de analisarem alguns contratos até lhes parece que ultrapassam os limites de contratação possível por adjudicação direta com as mesmas entidades, e sobretudo ao encontrarem contratos públicos celebrados depois dos serviços serem prestados como por exemplo entre outros o contrato com a fadista Carminho. Logo, existem coisas que não estão claras e, portanto, não podem aprovar uma relação de competências. (áudio 10.07 e 12.07 minutos da 3ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 13 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 23 votos a favor e 11 abstenções.

m) – Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Venade e Azevedo

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de outubro de dois mil e vinte e dois, relativa à "**Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Venade e Azevedo**", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com



Assembleia Municipal de Caminha

eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a “Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Venade e Azevedo” com a implementação da seguinte sinalética:

Rua do Corucho:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sentido sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento da rua do Pombal;

Travessa da Almagreira:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Almagreira;

Rua do Rosmaninho:

- Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 30km/h), no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a rua João Batista Barbosa;
- Sinal C20b (fim de limitação de velocidade), no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do entroncamento com a rua do Cruzeiro;
- Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 30km/h), no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento da rua do Cruzeiro;
- Sinal C20b (fim de limitação de velocidade), no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do entroncamento com a rua João Batista Barbosa;
- Sinal C6 - Trânsito proibido a veículos de peso total superior a 3,50 toneladas, no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a rua João Batista Barbosa;
- Sinal C6 - Trânsito proibido a veículos de peso total superior a 3,50 toneladas, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento da rua do Cruzeiro;

Rua do Cruzeiro:



Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do entroncamento com a rua do Rosmaninho;

Travessa do Loução:

- Sinal C6 - Trânsito proibido a veículos de peso total superior a 3,50 toneladas, no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua avenida Barão de São Roque;

Avenida Dr. Lúcio Jesus Mourão Poço:

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Socorro;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de Ribas;

Caminho da Tomada:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sentido poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua da Tomada;

Caminho do Mourão:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Estada Municipal EM527.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, começou por desejar a todos os Senhores Deputados(as), Presidentes de Junta, Senhores(as) Vereadores(as), Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal e à Anabela um bom Natal e um bom 2023.

Relativamente à proposta apresentada disse que a sinalética pretendida especialmente para a rua do rosmaninho, vai contra a vontade dos seus moradores, que se deram ao trabalho de subscrever um abaixo-assinado



Assembleia Municipal de Caminha

apresentado à Junta e Assembleia de Freguesia. Logo, o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente este conjunto de propostas, embora concorde com as demais. (áudio 16.40 e 19.00 minutos da 3ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, começou por desejar a todas as pessoas presentes na sala e a todos os caminhenses nascidos ou residentes em Caminha por opção, umas Boas Festas.

Disse ainda que pediu as posturas municipais, porque enquanto condutor e conhecedor, algo de algumas leis, começou por se aperceber que em Caminha a maior parte da sinalização que existe está ilegal.

E, pergunte se existe alguém na Câmara se sabe onde está a postura de trânsito inicial do Concelho de Caminha? E, se sabe quantas alterações foram feitas e quais são as que estão em vigor e, portanto, lança o desafio que, para além da ampla implementação de sinalética pelas freguesias se faça uma Comissão de Trânsito que não tenha só membros da Assembleia, mas, também da GNR, de direito e da Segurança Rodoviária, porque uma das coisas que dá gosto é chegar a uma terra e ver que até naquilo que é a legalização da mobilidade é moderna. (áudio 19.10 e 23.20 minutos da 3ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, desejou os votos de um Feliz Natal às Senhores(as) Deputados e Presidentes de Junta e que o ano 2023 seja bem melhor e mais profícuo que 2022. Disse ainda que estarão sempre todos a trabalhar em prol do Concelho de Caminha, porque o que mais importa são as pessoas que se tem no território, porque sem elas nada do resto, valia. (áudio 23.30 e 24.02 minutos da 3ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

O **PRESIDENTE DA MESA** desejou a todos um Feliz Natal e um Ano Novo. muita saúde e declarou encerrada a Sessão, quando eram 03H50M, do dia 17 de dezembro de 2022, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoço)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)